



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

FABIANA ELOI DE AMORIM

**AS CONCEPÇÕES DE CONJUGALIDADE E AS CONVENÇÕES DE
GÊNERO E SEXUALIDADE DE NEGRA/O(S) HOMOSSEXUAIS
SOTEROPOLITANA/O(S)**

Salvador

2014

FABIANA ELOI DE AMORIM

**AS CONCEPÇÕES DE CONJUGALIDADE E AS CONVENÇÕES DE
GÊNERO E SEXUALIDADE DE NEGRA/O(S) HOMOSSEXUAIS
SOTEROPOLITANA/O(S)**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Estudos de Gênero e Diversidade, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Estudos do Gênero e Diversidade.

Orientadora (1º Semestre): Profa. Dra. Alinne de Lima Bonetti

Orientador (2º Semestre): Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes

Salvador

2014

A524 Amorim, Fabiana Eloí de.
As concepções de conjugalidade e as convenções de
gênero e sexualidade de negra/o(s) homossexuais soteropolitana/o(s) /
Fabiana Eloí de Amorim. --2014.
72f. :il.
Orientadora: Profa. Dra. Alinne de Lima Bonetti.
Orientador: Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes
Monografia (graduação) - Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.
1. Homossexualidade - Salvador. 2. Gênero. 3. Cônjuges. 4.
Subjetividades. 5. Negros. I. Bonetti, Alinne de Lima. II. Fernandes,
Felipe Bruno Martins, III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.
CDD: 306.766

FABIANA ELOI DE AMORIM

**AS CONCEPÇÕES DE CONJUGALIDADE E AS CONVENÇÕES DE
GÊNERO E SEXUALIDADE DE NEGRA/O(S) HOMOSSEXUAIS
SOTEROPOLITANA/O(S)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora:

Felipe Bruno Martins Fernandes - Orientador _____

Mestre em Educação pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, onde defendeu dissertação sobre a construção da identidade ativista gay no Brasil. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio doutoral no Center for Lesbian and Gay Studies (CLAGS) da City University of New York (CUNY). Possui pós-doutorado em Estudos de Gênero (PPGICH/UFSC), Anthropologie Sociale (EHESS/ Toulouse) e Antropologia da Educação (PPGAS/UFSC).

Marie Hélène Bourcier _____

Professora associada da Lille 3-Charles-de-Gaulle Université, Doutora em Ciência da Comunicação, Informação e Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris (1998) e autora, entre outros, de *Queer Zones 1: Politiques des identités sexuelles et des savoirs* (2001, já em sua 3a. edição), *Sexpolitiques: Queer Zones 2* (2005), *Queer Zones 3: Identités, Cultures, Politiques* (2011) e *Q comme Queer, Queer ZOO's seminar* (1998).

Caroline Barreto de Lima _____

Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade UEFS (bolsista CAPES - 2008) e Especialista em Desenho UEFS (2007), Possui graduação em Licenciatura em Letras com Inglês pela UEFS (2004). Integrante do 'Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros é um grupo que integra a linha de pesquisa Gênero, Cultura e Arte do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Tem experiência na área dos estudos de Gênero, Sexualidade e Moda, atuando principalmente nos seguintes temas: aparência, redesenho, gênero, travestilidade e cultura.

Dedico esse trabalho à minha mãe, pelo amor incondicional e pela fé transmitida diariamente. Ao meu saudoso pai pelo exemplo de pessoa simples, alegre, justa e digna. Aos meus irmãos Lázaro e Tatiana pelas críticas construtivas. Ao meu filho Antônio Luís e à minha filha Ana Beatriz pela alegria de viver. Ao meu amor Juca Santana que, por muitas vezes, foi meu porto seguro nessa caminhada. Amo muito vocês.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida e por ter me concedido a graça de ter como mãe Maria José Eloi de Amorim e como pai José Artur Melo de Amorim (em memória), pessoas maravilhosas que me ensinaram tudo o que sou.

À minha amada filha Ana Beatriz e ao meu amado filho Antônio Luís que nos momentos de tristeza e cansaço me enchiam de carinho devolvendo-me a alegria e o ânimo para prosseguir.

À minha querida irmã Tatiana e meu querido irmão Lázaro pelo auxílio nas horas de sufoco e dedicação aos sobrinhos.

Ao meu amado Juca pela paciência e incentivo nos momentos de estresse e angústia.

À Alinne Bonetti e Felipe Fernandes que foram mais que orientadores para mim.

Às minhas queridas colegas de turma que diante das dificuldades permaneceram unidas e desenvolveram uma atividade de ajuda mútua para a conclusão dos trabalhos acadêmicos.

Agradeço de coração as pessoas entrevistadas, pela confiança em mim depositada.

As professoras e os professores que muito contribuíram para minha aprendizagem.

Amigos e parentes que de forma direta ou indireta me auxiliaram para a concretização do mesmo.

A gente vai à luta,
E conhece a dor.
Consideramos justa:
Toda forma de amor!

Lulu Santos, 1988

AMORIM, Fabiana Eloi de. As concepções de conjugalidade e as convenções de gênero e sexualidade de negra/o(s) homossexuais soteropolitana/o(s). 72 f. Il. 2014. Monografia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é visibilizar ou “dar voz” às pessoas negras homossexuais soteropolitanas, para melhor compreender suas concepções acerca da conjugalidade e das convenções de gênero e sexualidade, que são responsáveis por aprisionar indivíduos e/ou hierarquizar as relações dentro de uma sociedade. Este segmento social sempre fora estigmatizado e até hoje convivem com a dupla-discriminação (derivado do seu desejo sexual e sua cor/etnia). Portanto há uma necessidade de torná-los protagonistas de sua história. A pesquisa tem um cunho qualitativo, cuja análise se desenvolve a partir das subjetividades de negra/o(s) soteropolitana/o(s) que se relacionam com seu igual. Os relatos de história de vida destas pessoas e as contribuições teóricas do estudo buscam mostrar os conceitos sobre conjugalidade, masculinidade e feminilidade, a partir das percepções destas entrelaçadas pelas construções histórico-sociais e não como aspectos biologicamente determinados. Este trabalho demonstra como a sexualidade, como campo político ainda é pouco contextualizado pelas ciências, o que contribui para o reforço dos estereótipos, assim como o fenômeno da homofobia e das opressões sofridas por essa/e(s) sujeita/o(s).

Palavras chave: Homossexualidades. Conjugalidade. Convenções de gênero. Subjetividades.

AMORIM, Fabiana Eloi de. Des conceptions de les relations conjugales et des conventions du genre des personnes noires homosexuelles de Salvador. 72 f. Il. 2014. Monographie – Faculté de Philosophie et Sciences Humaines de L'université Fédérale de Bahia – L'UFBA, Salvador, 2014.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette recherche c'est de visualiser et au même temp, pousser des personnes noires homosexuelles de Salvador- Ba, pour mieux comprendre leurs conceptions sur leurs relations conjugales, des conventions du genre sexuels et leurs sexualités qui sont responsables d'emprisonner des gens de son propre sexe et hiérarchiser des relations parmi les individus dans la société. Ce segment social a toujours été stigmatisé et même aujourd'hui ces types de gens continuent à souffrir de la discrimination qui vient de leurs désirs sexuelles et de leur ethnie. Donc, il y a la nécessité de leur faire protagonistes de leur histoire. Cette recherche a un aspect qualificatif dont l'analyse se développe à partir des subjectivités des gens noirs qui sont soteropolitanos et ont des relations sexuelles parmi eux ou elles. Des rapports de leurs histoires de vie et des contributions théoriques que viennent des études cherchent montrer des conceptions sur les relations conjugales, masculinité et féminité à partir de les perceptions de ces relations emmêlés par des constructions istoriques sociaux. Cela ne pas comme des aspects biologiquement déterminés. Cette recherche demostre comme la sexualité tandis que le champs politique c'est très peu contextualisée par des sciences. Ce type de comportement là renforce des stéréotypes aussi que l'homophobie et des oppressions souffert par des gens homosexuelles.

Mots clés: Homosexualités. Relation conjugale. Conventions du genre. Subjectivités.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	UMA QUESTÃO DE ALTERIDADE	13
1.1	MOTIVO DA ESCOLHA.....	13
1.2	COMO CHEGUEI AO UNIVERSO DE PESQUISA.....	15
1.3	QUEM SÃO ELAS/ES?.....	17
2	HOMOSSEXUALIDADES E SUBJETIVIDADES	22
2.1	IDENTIDADE DE GÊNERO X IDENTIDADE SEXUAL.....	22
2.2	DESCOBERTA/REVELAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE.....	25
2.3	IDENTIDADE PÚBLICA X IDENTIDADE PRIVADA.....	30
2.4	“O MACHADO ESQUECE, MAS A ÁRVORE RECORDA” – HOMOFOBIA FAMILIAR.....	34
3	MODELOS DE MASCULINIDADE E FEMINILIDADE	39
3.1	“QUEM É O HOMEM, QUEM É A MULHER NA RELAÇÃO?” EU DANÇO CONFORME A MÚSICA.....	39
3.2	LADIES X BOFES, AFEMINADO X FEMININO.....	45
4	MODELOS DE CONJUGALIDADES E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES	50
4.1	JUNTAR OU CASAR.....	51
4.2	AMOR ROMÂNTICO.....	55
4.3	MUDANÇAS NO CONTEXTO FAMILIAR CONTEMPORÂNEO.....	58
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERENCIAS	62
	APÊNDICES	66
	ANEXOS	70

INTRODUÇÃO

Dean e Skyler, personagens da peça “O Melhor do Homem”, escrita em 1991, pela dramaturga norte-americana Carlota Zimmerman, se conhecem dentro de uma prisão. Começam a compartilhar experiências vividas e tornam-se grandes amigos. Com o passar do tempo, os sentimentos entre eles se potencializam culminando em um ato sexual. A história revela uma relação afetiva bastante conflituosa, ora marcada pelo desejo amoroso e atração física, ora pelo sentimento de repulsão. O espetáculo finaliza com um homicídio.

A peça teatral tornou-se conhecida no Brasil em 1995, através do grupo carioca Ateliê Voador, radicado na Bahia, encenada pelo diretor paulistano Ulysses Cruz. A temática homossexual que evidencia a relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo ganhou bastante notoriedade na Bahia, principalmente a partir do espetáculo dirigido por Djalma Thürler¹, exibido em 2009, na sala do coro do Teatro Castro Alves, na cidade de Salvador.

O triste desfecho da dramaturgia despertou-me à curiosidade de pesquisar sobre a homossexualidade, levantando alguns questionamentos. O que levou o homem a matar seu companheiro? O cerceamento da liberdade vivenciado pelos personagens seria apenas aquele imposto pela prisão? Será que as pessoas homossexuais tendem a seguir um modelo de relacionamento heterossexual para serem aceitas pela sociedade? Será que a felicidade humana está atrelada à relação de equilíbrio entre o “eu” e o “outro”? Por que a união entre pessoas do mesmo sexo causa tanto estranhamento?

O estranhamento causado pela relação afetiva entre dois homens ou duas mulheres tem sido motivo para manifestações de intolerância aos homossexuais por todo o país, principalmente pela sociedade baiana. Segundo informações divulgadas no site do Grupo Gay da Bahia ², no dia 4 de março de 2011: “*no país, um homossexual é morto a cada 36 horas e o estado da Bahia lidera, pelo sexto ano consecutivo, o ranking nacional dos assassinatos de homossexuais*”. De acordo com as informações extraídas do site Quem a HomoTransFobia matou hoje? : “Em 2012,

¹ Djalma Rodrigues Lima, conhecido como Djalma Thürler, além de Diretor de Teatro é Coordenador do CUS-Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade e o GENI - Gênero, Narrativas e Políticas Masculinas, ambos ligados ao CULT - Centro de Pesquisa Multidisciplinar em Cultura, da UFBA.

² Ver site: <http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html>. Acessado em outubro de 2013.

pelo menos 336 homossexuais foram mortos, um aumento de 26% em relação a 2011. Isto é equivalente ao assassinato de um homossexual a cada 26 horas”³. Dados atuais do mesmo site demonstram que até o dia 02 de julho desse ano foram mortas 165 pessoas homossexuais. Das 20 pessoas mortas no Estado da Bahia, 7 foram assassinadas na cidade de Salvador. O mais agravante é que em mais de 70% desses crimes não foi possível identificar os assassinos.

Atribuo essas violências ao estranhamento da sociedade às novas formas de manifestações da sexualidade humana e dos novos modelos de relacionamentos e arranjos familiares previstos pelo poder judiciário brasileiro, visto que em 14 de maio de 2013, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Resolução 175 (ANEXO A), determinou todos os cartórios do país cumprirem com a decisão acatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF): a realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, assim como a conversão da união estável em casamento.

A Bahia foi o terceiro Estado a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O primeiro foi Alagoas e, depois, São Paulo. Com a conquista da legalização do casamento civil das pessoas homossexuais, a relação amorosa entre pessoas de mesmo sexo ficou mais visível, saindo do anonimato para o público. Desde então a conjugalidade homossexual passou a ser vista como um problema político. Segundo dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE no dia 17 de outubro de 2012, Salvador foi apontada como a terceira capital do país com maior número de casais homossexuais. Foram contabilizados 1.595 uniões de casais do mesmo sexo residentes na cidade. Porém, dados da mesma pesquisa demonstraram pouca aceitabilidade dessas uniões pela/o(s) soteropolitana/o(s), apenas 33% das pessoas entrevistadas consideravam “*normais*” esses modelos conjugais.

Essa falta de aceitação das *uniões homoafetivas*⁴ demonstra o quanto o preconceito permanece enraizado em nossa cultura. Compreendendo que as grandes transformações histórico-sociais possuem caráter modificador das leis que as regem, somado ao sentimento de justiça social, percebi a necessidade de combater o preconceito optando por visibilizar as pessoas negras homossexuais soteropolitanas, uma vez que estas sofrem dupla-discriminação, oriunda da

³ Ver site: <http://homofobiamata.wordpress.com/>. Acessado em julho de 2014.

⁴ Utilizo o termo homoafetivo cunhado pela primeira vez pela Desembargadora e escritora Maria Berenice Dias (2011) com o intuito de retirar o peso do preconceito que sempre marcou a natureza sexual do relacionamento entre as pessoas de mesmo sexo. Para a autora faz-se necessário atentar para a origem afetiva da relação, que em nada se diferencia das demais entidades familiares.

identidade sexual e da identidade racial. Entendo discriminação como “tratamento diferenciado [desigual] que se impõe a uma pessoa por força do preconceito” (DIAS, 2011, p. 28) e compreendo que o preconceito se materializa quando há uma concepção errônea ou uma emissão de juízo de valor - de forma irracional - acerca de algo ou alguém que lhe causa estranhamento.

Combater o preconceito requer um exercício de respeito às diversidades. Por isso, como analista de gênero e diversidade, acho necessário trabalhar com os referenciais epistemológicos da Antropologia, a saber, o estranhamento, a diferença, o relativismo cultural e a alteridade. Esses conceitos foram fundamentais para alcançar o objetivo dessa pesquisa: o de verificar como a/o(s)⁵ negra/o(s) homossexuais soteropolitana/o(s) se percebem compreendidos pela sociedade, bem como averiguar quais suas percepções acerca da conjugalidade e as suas concepções de gênero e de sexualidade.

Para alcançar os objetivos pretendidos utilizei o método qualitativo da pesquisa participante; pois o mesmo preocupa-se em analisar e interpretar os dados de maneira complexa, considerando a relação dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. Nesse sentido compartilho da mesma perspectiva do antropólogo Roberto da Matta ao considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” que muitas vezes compartilham de “um mesmo universo de experiências humanas” (1991, p. 23).

Através do mapeamento e referencial bibliográfico do banco de dissertações e teses da Capes⁶, percebi - assim como a professora aposentada da UFBA Joaquina Lacerda Leite (2011) - que:

Na década atual, a cada ano, maior número de dissertações e teses são concluídos, abordando a homossexualidade nos seus múltiplos aspectos: psicológico, antropológico, jurídico, pedagógico, sociológico, psicanalítico, histórico, e outros. Isso mostra a importância do tema escolhido (p. 21).

Os estudos mais recentes sobre a conjugalidade homossexual tendem a explicar, justificar ou tentar compreender as relações entre as pessoas de mesmo sexo, sob o ponto de vista dos direitos humanos. Como, por exemplo, Roberto Lorea

⁵ Faço o uso dos artigos “a/o” como uma forma política de reivindicar a desconstrução do modelo linguístico androcêntrico que só reforça a discriminação sexista. Assim como as autoras Cláudia Vianna e Sandra Umbehaum, concordo que “se queremos construir novos significados para a prática social, precisamos construir nossa linguagem, despojá-la da ideologia androcêntrica” (Cadernos da Pesquisa, v.34, n.121, jan/abr.2004).

⁶ Verificar Banco de Teses da Capes, no site <http://www.serviços.capes.gov.br>

e Luis Mello (2006), Berenice Dias e Joaquina Lacerda Leite (2011). Poucos propõem uma discussão acerca da percepção dos protagonistas dessa história sob um olhar analítico de gênero e interseccionalidades, como por exemplo, o trabalho da antropóloga feminista Maria Luiza Heilborn (2004). Portanto, assim como Heilborn pretendo dar minha contribuição, fazendo soar “as vozes” que ao longo da história foram caladas ou representadas por outras que não as identificavam.

Através da pesquisa participante pude “cercar” meu universo de investigação e fui “arrebataada” pelo tema. Com a finalidade de colher as informações necessárias para a realização da mesma, elaborei um questionário para manter o primeiro contato com o/a(s) interlocutor/a/e(s) (APÊNDICE A) e formulei o roteiro para a realização das entrevistas (APÊNDICE B), optando pelo método da entrevista semiestruturada com a técnica do uso do gravador.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro utilizo o conceito de alteridade para explicar o porquê da escolha do universo de pesquisa e apresento o perfil dessas pessoas nas suas semelhanças e diferenças. No segundo procuro fazer a distinção entre os conceitos de identidade de gênero e identidade sexual, sempre buscando as concepções da/o(s) sujeita/o(s) com objetivo de visibilizá-la/o(s). No terceiro capítulo utilizo os conceitos de convenções de gênero, masculinidade, feminilidade, hierarquia sexual e outros; para tentar - através das leituras de textos e das transcrições das entrevistas realizadas - fazer uma análise que responda a alguns questionamentos, como por exemplo: “como esta/e(s) percebem esses modelos, como se percebem dentro dos mesmos e quais categorias apresentam”. No último capítulo faço um apanhado sobre os conceitos de “conjugalidade”, do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, do surgimento de novos arranjos familiares da contemporaneidade e informo quais foram às concepções apresentadas e percebidas pela/o(s) interlocutores acerca dos assuntos abordados.

Capítulo 1: UMA QUESTÃO DE ALTERIDADE

Nesse capítulo informo o percurso que me fez chegar até meu universo de pesquisa e o motivo da escolha do mesmo. Depois apresento a/o(s) sujeita/o(s) da pesquisa, pois para investigar sobre as concepções de conjugalidade e as convenções de gênero e sexualidade desta/e(s) faz-se necessário conhecê-lo/a(s), e, mais que isso, tentar romper com o “olhar” etnocêntrico existente em muitos trabalhos de campo. Como analista de gênero e diversidade penso que é mais que uma obrigação trabalhar com os conceitos de alteridade e subjetividades a partir do gênero. Nesse sentido concordo com a antropóloga Miriam Pillar Grossi (1992) ao propor a “*emergência do subjetivo*” no trabalho de campo.

1.1. O MOTIVO DA ESCOLHA

Hoje a homossexualidade é considerada pela ciência como uma variante do comportamento sexual humano assim como a heterossexualidade e a bissexualidade. Mas nem sempre foi assim. Durante muito tempo o termo utilizado era “*homossexualismo*”, que designava o homossexual como doente. Ao afirmarmos que alguém é homossexual estamos caracterizando exclusivamente sua orientação do desejo, que é voltada para o mesmo sexo. Não estamos informando sobre sua personalidade, nem dizendo de seu comportamento ou papéis sexuais, apenas explicando que o indivíduo sente atração física e se realiza afetivo e sexualmente com uma pessoa do mesmo sexo.

É importante frisar essas informações para enfrentar o preconceito social, pois até 1973 o comportamento homossexual foi considerado doença, quando a Associação Americana de Psiquiatria (AAP) suprimiu a preferência sexual por indivíduos do mesmo sexo do rol de doenças mentais. A palavra perdeu o sufixo “ismo”, que significa doença, e adotou o “dade”, que significa modo de ser. E em 1993, foi a vez da Organização Mundial da Saúde (OMS) retirar a homossexualidade de sua lista de patologia⁷. Apesar da mudança na nomenclatura algumas pessoas desinformadas ainda utilizam o termo “homossexualismo”, outras de forma hostil e consciente, utilizam-no com o intuito de desmoralizar e inferiorizar as pessoas homossexuais.

⁷ Informações extraídas do site: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/o-que-ha-por-tras-do-projeto-de-cura-gay>. Acessado em junho de 2014.

A questão da alteridade⁸ sempre esteve muito presente na minha vida, pois desde criança minha mãe dizia para mim e meus irmãos: “*Não faça com o outro aquilo que não gostaria que fizessem contigo!*”. Colocar-me no lugar de uma amiga, colega de trabalho ou vizinho, respeitar a individualidade do meu irmão ou da minha irmã, às vezes era tarefa difícil (principalmente quando estava chateada com um deles), mas era algo que meus pais me ensinaram a encarar com seriedade.

Portanto, quando penso em pesquisar sobre as percepções de conjugalidade, masculinidade e feminilidade das pessoas homossexuais negras soteropolitanas me predisponho a sair da minha zona de conforto para me “*colocar na pele*” daquele/a(s) que todos os dias são motivos de chacotas e piadinhas homofóbicas. Por isso assumo uma perspectiva de produzir *teoria na carne* da forma como propuseram as feministas de cor norte-americanas Cherríe Moraga e Glória Anzaldúa (1978) com o intuito de combater a discriminação contra pessoas homossexuais negras.

A proposta de fazer “teoria na carne”, nesse trabalho, tem o mesmo sentido do conceito de alteridade para os estudos da Antropologia. É o tentar se posicionar no lugar do “outro”, respeitando sua cosmovisão e cultura. Segundo o antropólogo Gilberto Velho:

A ideia de tentar pôr-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo. [...] Envolve as questões de distância social e distância psicológica (1978, p. 37).

Para melhor exemplificar o conceito de alteridade proposto pela antropologia, relatarei um fato ocorrido comigo no terceiro semestre da graduação. O evento que participei com as colegas do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade foi “*Stonewall 40 + O que no Brasil?*” promovido pelo grupo CUS – Cultura e Sexualidade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA, no qual a maioria do público era composto por pessoas homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Foi a primeira experiência em que pude sentir “*na pele*”, pelo menos por alguns instantes, o incômodo de perceber-me “*estranha, diferente ou destoante da maioria*”. Um fato ocorrido no momento da eferescência do debate exemplifica minha

⁸ O conceito de alteridade parte do pressuposto básico de que todo o ser humano é social, interage e interdepende de outros indivíduos, qualidade, condição e estado de “ser o outro”.

percepção: quando o psicólogo Gilmaro Nogueira pediu para quem fosse heterossexual levantasse a mão. Nesse exato momento hesitei em erguer meu braço, olhei para minhas colegas e percebi que estávamos em minoria. Senti uma mistura de vergonha, medo, tensão, enfim, uma aflição que me deixou completamente paralisada. Só aí me dei conta de como o poder é circulante (FOUCAULT, 1993), ou seja, em algumas situações somos opressoras e noutras somos ou nos sentimos oprimidas.

Compreendi também que, o que para mim e minhas colegas heterossexuais foi uma experiência momentânea, de sentir-me “*estranha, diferente ou destoante da maioria*”, para as pessoas que se afastam do modelo hegemônico imposto pela heterossexualidade esse sentimento é uma experiência constante em suas vidas e é esse sentimento que chamarei no trabalho de “*tensão-interiorizada*”⁹. Essa sensação, vivenciada pela/o(s) interlocutora/e(s), explanarei melhor no próximo capítulo. Agora que já justifiquei minha escolha por esse universo de pesquisa pretendo apresentar o grupo de homens e de mulheres que concordaram em serem minha/meu(s) interlocutora/e(s).

1. 2 - COMO CHEGUEI AO UNIVERSO DE PESQUISA

O tema inicial do meu projeto de pesquisa era “*A conjugalidade e as convenções de gênero entre os homossexuais masculinos das camadas populares soteropolitanas*”. A ideia surgiu da observação participante de um grupo de colegas homossexuais na Contax (empresa de telemarketing na qual fui operadora durante 4 anos). Percebi que, assim como as mulheres gostam de conversar sobre seus relacionamentos amorosos, meus colegas homossexuais também tinham como tópico principal de suas conversas os conselhos sobre a vida sentimental.

Foi quando um deles fez um indagação que me chamou a atenção: “Porque será que as pessoas têm mania de heterossexualizar as relações homossexuais? Não podem ver um casal que querem logo saber quem é o ‘homem’ e quem é a ‘mulher’ da relação”. A partir daí cresceu meu interesse pelo tema e minha inquietação para tentar responder essa questão que “interessava a todos”. Então comecei a fazer contato com o grupo. Não perdia nenhuma oportunidade para

⁹ Ver conceito de “homofobia internalizada” (DIAS, 2011) e “preconceito-internalizado” (NUNAM, 2007).

divulgar o curso de gênero e falar sobre meu interesse de fazer a pesquisa nessa área.

Utilizando-me do instrumento da internet com o objetivo de otimizar o tempo e manter-me sempre em contato com pessoas interessadas em participar da pesquisa, no dia 26 de julho de 2013 criei uma página no facebook intitulada “Grupo de Pesquisa”. No início éramos 12 pessoas, 11 rapazes e eu. Cinco estudantes da UFBA e seis operadores de telemarketing, todos conhecidos meus. Através da página tentei marcar um encontro com todos, pois minha ideia inicial era trabalhar com a técnica do grupo focal, mas infelizmente a tentativa não deu certo.

Era muito difícil encontrar todos conectados no mesmo horário. Às vezes eu fazia alguns questionamentos para poder animar o grupo, mas apenas três ou quatro deles interagiam. Tentei por duas vezes agendar uma data com antecedência na página do grupo, pedia para que todos confirmassem e ainda que confirmado o encontro não acontecia, pois às vésperas sempre havia “*um show na cidade*”, “*um casamento na família*”, “*um aniversário de um amigo*”.

Como a cidade de Salvador possui muitas opções de lazer nos finais de semana e as pessoas do grupo (assim como eu) possuem uma rotina semanal intensa de trabalho e estudos, conciliar os horários livres de todos para concretizar o encontro tornou-se tarefa impossível. Enfim, desisti da ideia de realizar um grupo focal, pois dos 11 rapazes participantes, restaram apenas 5 deles. Dois me informaram da desistência em participar da pesquisa por não se considerarem mais dentro do perfil e os outros 4 não consegui obter mais contato. Dessa forma optei por realizar entrevistas individuais.

Após a apresentação do meu projeto de pesquisa, no “*Seminário de Orientação Monográfica do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade*”, realizado no dia 04 de setembro de 2013 no Auditório do PAF III (Ondina), resolvi incluir no grupo de pesquisa as lésbicas, acatando a orientação das professoras Silvia de Aquino (que foi comentarista da mesa no Seminário) e Alinne Bonetti (minha orientadora na época). Em momento algum parei para pensar o quanto estaria sendo preconceituosa ao deixar de fora as mulheres homossexuais, apenas me preocupei com a qualidade do trabalho, uma vez que os sujeitos são complexos e plurais, achei que não “daria conta” do serviço. Mas compreendi que como profissional na área de gênero e diversidade não poderia me ausentar dessa responsabilidade.

1.3 - QUEM SÃO ELA/E(S)?

Toda/o(s) são negra/o(s), moram em Salvador há mais de 10 anos, são residentes em bairros populares da cidade e declararam-se solteira/o(s) no período em que foram realizadas as entrevistas. Para que pudesse melhor visualizar as semelhanças e diferenças existente entre os gays e as lésbicas entrevistada/o(s), elaborei duas tabelas a partir dos dados coletados nos questionários aplicados antes das entrevistas. Nas tabelas constam as categorias que julguei necessárias para a compreensão das subjetividades.

Tabela 1
(Perfil dos homossexuais)

Pseudônimos	Cor /etnia	Idade	Ocupação	Religião	Bairro	Escolaridade
Pedro	Negra	48	aposentado	panteísta ¹⁰	Cajazeira	Superior inc.
Afonso	Negra	23	vendedor	candomblé	Paripe	Superior inc.
Júnior	Parda	20	Aux. Adm	Católica	Alto de Coutos	Superior inc.
Leandro	Negra	36	Aux. Adm	candomblé	Pau da Lima	Médio completo

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do questionário (APÊNDICE A)

Tabela 2
(Perfil das lésbicas)

Pseudônimos	cor/etnia	idade	Ocupação	Religião	Bairro	Escolaridade
Dora	Negra	22	Estudante	Candomblé	Lapinha	Superior Inc.
Marta	Negra	27	Cozinheira	Católica	Pau da Lima	Médio Comp.
Ana	Negra	21	Cons. Tec. Automotista	Budismo	Massaranduba	Superior Inc.
Mônica	Negra	28	Estudante	Candomblé	Massaranduba	Superior Inc.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do questionário (APÊNDICE A)

Começarei falando dos gays e depois apresentarei as lésbicas. Afonso é o interlocutor com quem tenho maior contato pelo fato de termos trabalhado juntos por um período de dois anos e estabelecido uma relação de amizade. Ele é uma pessoa bastante inquieta, comunicativa e crítica. Tem estatura baixa, é magro, pouco calvo, olhos castanhos claros. Está sempre de rosto limpo (sem barba ou bigode) e

¹⁰ Pedro define o panteísmo como uma seita, uma filosofia de vida, na qual permite que ele possa transitar por todas as outras formas de religiosidade, pois para ele "Você pode ser panteísta e gostar de Jeová, Deus, Cristo, Buda e todos os deuses do candomblé, porque de alguma forma, todos eles se juntam e formam um".

declarou-se ser bastante vaidoso. Aparenta semblante sério e observador com quem não conhece, mas é extremamente “debochado” e sorridente. Usa calças e bermudas de corte “*masculino*”. Gosta de acompanhar o que “*está na moda*”, mas prefere camisas sem estampa e de cores claras, de preferência branca, verde e azul claro, nada que chame muito atenção. Ele mora com seus pais e um irmão. Trabalha como vendedor e ganha um salário mínimo (R\$724,00). Está cursando o primeiro semestre de arquitetura na Universidade Rui Barbosa, instituição privada em Salvador. Seu pai e sua mãe são donos de uma pequena loja de material de construção.

Júnior foi indicação de Afonso. Conheci-o pessoalmente somente no dia da entrevista. Ele é bem franzino, tem estatura mediana, cabelos pretos e lisos com topete para o lado, olhos da mesma cor dos cabelos. Usa óculos de armação bem fina, tem sobrancelhas cheias, mas bem arrumadas. Ele é um rapaz extremamente tímido. No dia da entrevista ele estava vestindo uma calça jeans de corte “*masculino*”, tênis cinza escuro e camisa polo preta. Ele trabalha como assessor em um escritório de advocacia e recebe dois salários mínimos por mês (R\$ 1.448,00). Mora com seus pais e uma irmã. Seu pai é carpinteiro e sua mãe é química. Está cursando o primeiro semestre de Fisioterapia na Faculdade Maurício de Nassau, também uma instituição privada em Salvador.

Conheci Leandro também no dia da entrevista. Ele foi indicado por um colega de trabalho. É um rapaz careca, de estatura mediana, corpo bem definido, lábios largos e sorriso bonito, porte de modelo, muito simpático e vaidoso. Estava usando óculos escuros, camisa de gola canoa azul marinho com mangas compridas, calça jeans e sapato social preto. Ele comprou uma casa recentemente e mora sozinho nela desde que terminou um relacionamento de 5 anos. Filho de pedreiro com doméstica, ainda não adentrou a universidade e trabalha como auxiliar de administração.

Pedro é estudante da UFBA. Já o conhecia, mas não tinha muita proximidade. Logo que soube da minha pesquisa se prontificou a participar. Ele é um homem alto, esguio, cabelos, barba e bigode grisalhos de corte bem baixo, usa óculos e tem olhos castanhos escuros. Possui casa própria e mora atualmente com seu ex-companheiro. É aposentado na área de administração e tem uma graduação em química, mas disse que não chegou a atuar nessa área. Filho de músico com cozinheira, tem duas irmãs e um irmão. Ele é uma pessoa calma e centrada, de

pouca vaidade. Gosta de andar de calças ou bermudas jeans, camisa de manga de cor única, preferência pelas cores branca, vermelha, rosa e laranja. Usa chinelos de couro cru e tênis esportivo.

Marta foi indicação do meu irmão. Ela trabalha na área de serviços gerais no supermercado em que ele é gerente. Recebe um salário mínimo (R\$724,00). Ela é baixa, têm olhos castanhos claros, seios grandes e usa o cabelo bem curto, estilo “Joãozinho”. Tem tatuagem na perna e no ombro e caminha com gingado ‘moleque’, arrastando o pé. No dia da entrevista ela usava brincos bem pequenos e discretos, estava com as unhas curtas e sem esmalte, trajava bermudão jeans de corte “masculino”, camiseta regata cinza claro folgada com um top preto por baixo, sandália rasteira de couro e uma mochila esportiva a tiracolo. Assim como Júnior, ela aparentou ser muito tímida. Durante a entrevista nem me olhava nos olhos. De fala encorpada e cheia de gírias, apresentou bastante ansiedade e desconfiança. Ao relatar a sua história de vida, olhava sempre para baixo, batucando a mesa com os dedos ou a palma da mão. Filha de sargento aposentado com uma dona de casa. Possui uma irmã e um irmão que já constituíram família e não residem mais com os pais. Ela já saiu de casa para morar com uma companheira durante 5 anos e após o término do relacionamento voltou a morar com seus pais novamente. Ela parou os estudos no ensino médio e não demonstrou interesse em voltar estudar. Diz que é cozinheira e quer se dedicar a trabalhar nessa área, mas para não ficar desempregada aceitou trabalhar no supermercado.

Assim como Pedro, Dora também é minha conhecida da faculdade. Eu sempre a encontrava nos eventos, mas não tinha muita proximidade com ela, até que a professora Alinne Bonnetti me indicou-a para o trabalho. Utilizei o instrumento da internet para me comunicar com ela, pois os nossos horários não coincidiam. Enfim chegamos a um horário que ambas estavam livres e conseguimos marcar a entrevista na Biblioteca Central dos Barris, localizada no centro da cidade de Salvador. Dora é baixa, “cheinha”, seios fartos, cabelos pretos “Black”, rostinho redondo, de olhos pretos grandes e bastante expressivos. Ela é muito carismática, alegre e comunicativa. Estava usando camisa larga branca, short jeans escuro e sandálias havaianas. Não usava brincos e nem esmaltes nas unhas. Confessa que nunca trabalhou e está fazendo sua primeira graduação nos estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia. Mora com sua mãe (dona de casa) e com seu padastro (vendedor ambulante).

Ana também é estudante no curso de Gênero e Diversidade. Ela foi indicação de Dora. Ela tem estatura mediana, cabelos cacheados e curtos, sobrancelhas cheias, possui um pouco de buço e costas largas. No dia que a entrevistei ela estava usando óculos de armação leve, com cabelos presos (de coque), vestida de calça jeans, camisa vermelha e casaco de moletom da mesma cor. Ela calçava tênis esportivo preto e carregava nas costas uma mochila cheia de livros. Ana me pareceu ser uma pessoa bastante observadora, simples e séria. Durante a entrevista não demonstrou preocupação e sim um pouco de timidez, mas relatou sua experiência de vida com muita tranquilidade. Ela mora com seus pais e dois irmãos numa casa própria. Seu pai é vendedor e sua mãe merendeira escolar. Ana conseguiu um emprego no ponto assistencial da Fiat, devido a um curso técnico que fez no SENAI. Assim como Júnior chega a ganhar no mês cerca de dois salários mínimos, somando as comissões que recebe.

Mônica foi indicada por Ana. Ela aceitou participar da pesquisa de imediato, pois além de feminista é ativista dos movimentos LGBT. A entrevista com ela também aconteceu na Biblioteca Central dos Barris. Ela é cheinha de corpo, tem muito seios, possui estatura baixa e um sorriso contagiante. Estava com cabelos trançados e amarrados, usava batom vermelho e brincos coloridos, camiseta branca e calça de tecido estampada. Ela é muito extrovertida, bem “articulada” com a linguagem e bastante crítica também. Em alguns momentos do seu relato parecia que estava em cima de um palanque fazendo um discurso eleitoral. Apesar de ter morado sozinha durante dois anos, atualmente reside na casa dos seus pais. Filha de pedagogos aposentados, diz que seu primeiro emprego foi em telemarketing, mas agora parou de trabalhar para dá mais atenção a vida acadêmica.

O que toda/o(s) têm em comum, além de serem declaradamente negra/o(s) residentes em Salvador, é a homossexualidade. Para melhor compreender a concepção de conjugalidade, convenções de gênero e sexualidade desta/e(s) percebi que seria fundamental trabalhar com alguns conceitos, como por exemplo: sexo, gênero, papéis sexuais, sexualidade, identidade sexual e identidade de gênero.

Miriam Grossi (2010), no texto “Identidade de gênero e Sexualidade”, conseguiu fazer as distinções dos termos citados anteriormente de forma simples e consistente, ao afirmar que:

Sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos (p.12).

No Brasil categorias como sexo e gênero, identidade de gênero e sexualidade são consideradas pelo senso comum como equivalentes entre si. Assim como Grossi considero relevante fazermos a distinção entre identidade de gênero das práticas afetivo-sexuais. Uma vez que existem múltiplas sexualidades, e, alguns indivíduos são estigmatizados devido à forma como vivenciam e expressam sua sexualidade.

Dessa forma penso que, quando Foucault escreveu que a nossa sociedade não tem como fixar fronteiras sobre a sexualidade e nem tampouco excluí-la. “Não a exclui, mas inclui no corpo à guiza de modo de especificação dos indivíduos” (1988, p.47), ele certamente percebeu que , quando o assunto refere-se ao desejo, à libido ou prazer sexual do ser humano, existe uma linha tênue entre a homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade. Portanto não faz sentido um grupo específico ter maior prestígio social que o outro só por causa da sua sexualidade. Como a identidade é algo subjetivo, no próximo capítulo apresento as subjetividades das pessoas homossexuais e as diversas formas que estas vivenciam sua homossexualidade.

Capítulo 2- HOMOSSEXUALIDADES E SUBJETIVIDADES

Com objetivo de averiguar quais são as concepções de conjugalidade e as convenções de gênero e sexualidade das pessoas negras homossexuais soteropolitanas, nesse capítulo pretendo informar como minha/meu(s) informantes foram construindo suas identidades de gênero, bem como de que forma aconteceu a descoberta e a revelação da homossexualidade desta/e(s), e como se percebem inserida/o(s) na sociedade baiana.

2.1 - IDENTIDADE DE GÊNERO X IDENTIDADE SEXUAL

Externamente é a dialética entre o animal individual e o mundo social, internamente a dialética entre o substrato biológico do indivíduo e sua identidade socialmente produzida. (SELL, 2006, p.185)

O ser humano é muito complexo, e falar sobre identidade requer compreender a complexidade do indivíduo como um sujeito singular no meio da diversidade social. Segundo Heilborn (2004):

O sujeito é percebido e se percebe como uma mônada inteligível em si mesma e como realidade anterior a qualquer outra, o que significa dizer que possui um estatuto de precedência lógico-valorativa sobre qualquer relação social. (p.25)

Como a identidade é formada “na relação do Eu com o Outro” (SELL, 2006, p.181), pude perceber que o preconceito oriundo da identidade sexual dos sujeitos interfere diretamente na percepção identitária dos mesmos, pois as políticas da sexualidade seguem a um código sexual que traduzem as hierarquias sociais, demarcando lugares privilegiados àqueles que seguem a risca as práticas e comportamentos sexuais contemplados no mesmo (RUBIN, 2003).

Fixar uma determinada identidade como a norma, é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais, as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (SILVA, 2000). Compreendo que as sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valor sexual proposto por Gayle Rubin (Ver anexo B), e, por isso, a identidade homossexual carrega um estigma produzido e naturalizado pela ideologia ocidental.

Se a homossexualidade é por si só um “peso” no processo de construção identitária do indivíduo, a “cor da pele” também pode produzir estigmas ao mesmo e isso irá depender do contexto social ao qual se encontra inserido. Levando em consideração o conteúdo histórico do processo de escravidão da cidade de Salvador e a forma como aconteceu à libertação do povo negro, pode-se dizer que quanto mais escura for à pigmentação da pele do/a soteropolitano/a maior será as chances deste/a sofrer discriminação racial ainda nos tempos atuais.

Para ilustrar como as categorias analíticas (gênero, raça e orientação sexual) interferem na locação desses sujeitos dentro da sociedade, construir uma pirâmide hierárquica similar ao infográfico produzido por Rubin no texto “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade”.

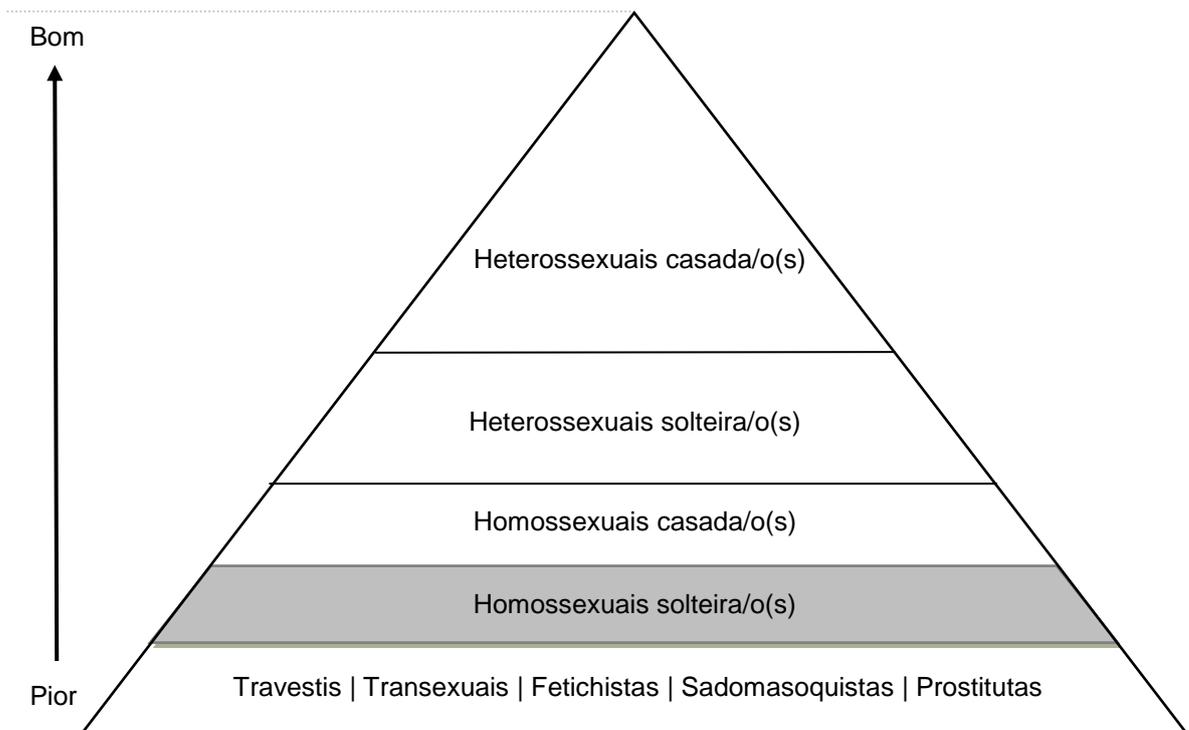


Figura 3: Pirâmide Hierárquica construída a partir da análise do infográfico de Rubin (2003).

Na pirâmide hierárquica construída a partir da análise do infográfico de Rubin, pode-se perceber que os indivíduos que estão inseridos no topo (casais heterossexuais) são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Isto porque os comportamentos e práticas sexuais destes são classificados como “bons, saudáveis e normais”. Na medida em que vai se aproximando da base da pirâmide os indivíduos ali inseridos são sujeitos às presunções de doença mental,

má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas, devido seus comportamentos e práticas sexuais serem consideradas “piores, doentias e anormais”.

Podemos perceber que as pessoas homossexuais solteiras estão pairando um pouco acima do limite daqueles grupos que estão na base da pirâmide hierárquica. Se tomarmos como exemplo o universo de pesquisa, teríamos que colocar mais divisões nessa pirâmide hierárquica, pois além da orientação sexual dos sujeitos existem outras categorias como a de gênero e a de raça que interagem entre si produzindo dupla-discriminação, responsáveis pelas desigualdades sociais. Desta forma cada grupo estaria subdividido necessariamente na seguinte ordem: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. Se levarmos em consideração à cor da pele e o sexo dessas pessoas, podemos vislumbrar uma formação de nova pirâmide, onde os homens brancos heterossexuais casados estariam no topo da pirâmide e as mulheres negras homossexuais solteiras beirando a base da mesma.

Para a sociedade ocidental o conceito de gênero está colado ao de sexualidade, o que promove uma imensa dificuldade no senso comum de separar a problemática da identidade de gênero e a sexualidade, esta marcada pela escolha do objeto de desejo. (GROSSI, 1998). Dessa forma alguns autores tendem a conceituar erroneamente “identidade de gênero” e “identidade sexual” como sinônimos. Compreendo o conceito de identidade de gênero numa dimensão maior que a identidade sexual, uma vez que o conceito de gênero é polissêmico. Para Joan Scott (1990) gênero é um construto social que designa as relações sociais entre os sexos. Portanto, o uso do termo “põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (1990, p.7). Para a educadora Guacira Louro (1997) gênero constitui uma relação de poder, ou seja, deve existir um “dominante” e outro “dominado”. Prefiro pensar gênero da mesma forma que a antropóloga Maria Luiza Heilborn, como um conceito que “privilegia a dimensão de escolha cultural, pretendendo descartar alusões a um ativismo biológico para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas”. (HEILBORN, 2004, p.19).

Como a proposta do trabalho é fazer soar as vozes que ao longo da história foram caladas ou representadas por outras que não as identificavam, proponho

utilizar o conceito de identidade de gênero extraído do livro “TEMPO BOM, TEMPO RUIM – Identidades, políticas e afetos” do Deputado Federal Jean Wyllys (2014). No capítulo “Oriente-se, rapaz” no qual ele descreve como foi sua descoberta e revelação da homossexualidade, ao explicar de forma simples e didática a distinção entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual, ele informa:

A identidade de gênero é a maneira como nos percebemos e nos colocamos no mundo, desempenhando o papel social esperado de cada gênero (homem ou mulher). A orientação sexual, por fim, é o sentido para o qual direcionamos nosso desejo, ou seja, nossa libido, a procura instintiva por prazer erótico (p. 24).

Certamente cada pessoa possui uma forma singular de se perceber no mundo e na sociedade onde vive, mas o grupo de pessoas entrevistadas apresentaram relatos muito parecidos sobre suas percepções acerca da identidade homossexual.

2.2. DESCOBERTA / REVELAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE

Quanto à descoberta e a revelação da identidade homossexual percebi através dos relatos, tanto dos homens quanto das mulheres, que há uma semelhança entre ambos com relação à percepção e a compreensão da sexualidade. Todo/a(s) perceberam-se homossexuais desde a infância, mas o entendimento, ou seja, a compreensão do que vem a ser a homossexualidade por si mesmo só acontece um pouco mais tarde, na faixa etária dos 14 aos 25 anos, compreendida entre a adolescência e a adultez. E conseqüentemente a revelação da identidade só acontece após essa compreensão ou maturidade.

Eu sempre fui. Eu lembro assim coisas da minha infância, muito pequena mesmo, **entre 3-4 anos de idade.** Eu assistia à televisão e gostava de ver as mulheres [...] **Eu percebia que gostava de mulher porque quando eu olhava para aquela imagem sentia atração,** uma coisa meio Freudiana, sexualidade da criança [...] **mas o entendimento, acho que vem com a maturidade. Fui absolver e saber que era isso em torno de 14 anos,** que caiu a ficha mesmo! (Mônica, p.1/ I -28 e 29; p 2/ I-30-36¹¹, grifos meus).

Que eu me lembre desde os 6 anos de idade tenho vivências homoafetivas. E até experimentei ter relações ‘heteros’ porque queria entender se era realmente isso que eu queria [...] mas, na realidade não existe isso. A gente nasce homossexual, não é uma

¹¹ Todas as citações são trechos das falas dos interlocutores, extraídas das transcrições das entrevistas, que estão organizadas da seguinte forma (Pseudônimo,número da página / linhas nas quais podemos localizar a frase na página correspondente a cada entrevista).

coisa que você se transforma!**Pode ser que você amadureça isso 20 anos depois**, mas é uma coisa que você já sabe que tem (Afonso, p.1, l -16-22; grifos meus).

Na verdade eu descobri desde quando eu era pequena, que eu ficava (pausa) já interessada, só que tinha medo. Mas aí, depois **(com 17 anos) enfrentei todo mundo**. (Marta, p.1, l - 20 e 21; grifos meus).

Minha homossexualidade já vem desde os primórdios da humanidade [...] Sempre soube, sempre tive essa intuição, esse sentido. **Mas é aquela coisa: até certo período você nunca sabe o nome que você vai dá ao que você sente**. A minha revelação com relação à homossexualidade perante a família se deu a partir de um relacionamento. **Eu tinha 23 ou 25 anos**. (Pedro, p.1, l -19-26; grifos meus).

Na realidade, no início a gente nunca [pausa], não sei. **Acho que, uma parte das pessoas não sabe o que está acontecendo**. No meu caso, o meu primeiro envolvimento assim, **foi quando criança mesmo, numa brincadeirinha** [quando descobriu sua homossexualidade], mas a **certeza foi com 16 anos**. (Leandro, p. 1/ l -21 - 23, p. 2/ l- 39; grifos meus).

Não sei. [Com relação à idade que descobriu sua sexualidade]. **Tinha mais ou menos 17 anos** quando conheci minha primeira namorada, que na verdade foi meu primeiro beijo, minha primeira transa [...] **foi quando tive certeza do que eu queria para mim**. (Ana, p.1/l-13-15; grifos meus).

A maioria da/o(s) entrevistada/o(s) ao discorrer sobre suas percepções de sexualidade, ou seja, o momento que se enxergam como homossexuais, relataram algumas experiências vividas na infância a partir de uma contraposição com a heterossexualidade. Os sentimentos e comportamentos foram relatados como desviantes do esperado pela sociedade, o que causou muita angústia na/o(s) minha/eu(s) interlocutora/e(s) ao se perceberem 'diferentes', gerando, conseqüentemente: culpa, vergonha e medo pela noção subsequente de anormalidade. O fato de questionar-se sobre essa “anormalidade” percebida pela diferença ou falta de semelhança com o outro, deixa a pessoa atordoada e com baixa autoestima.

A divergência entre o “sentir” e o “não querer sentir aquilo que está sentindo” é resultado da interação entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, a relação “dialética entre o substrato biológico do indivíduo e sua identidade socialmente produzida” (SELL, 1987). Essa relação é muito complexa, pois muitas vezes a identidade produzida socialmente por ele/a(s) não é aquela que realmente almejam e sim a que

acham “convenientes” ou “adequadas” para que possam conviver bem em sociedade.

Quando a relação (“perceber-se como um indivíduo no todo” e “revelar-se para a sociedade da forma como se percebe”) não é harmoniosa, os indivíduos entram em estado de rejeição interior, culpa ou sentimento de angústia; esse conflito interior que denomino de “crise identitária”. Destacarei aqui alguns exemplos que pude constatar de crise de identidade da/o(s) sujeita/o(s), que é justamente quando ela/e(s) se percebem diferentes na sua relação com o outro:

Eu tinha 12 anos e tinha um grupinho de meninas que eu andava e tal. Aí um dia conheci uma menina mais velha, que conversava muito com a gente. E eu achava essa menina muito bonita. E eu não entendia porque eu a achava tão bonita. De início eu achava porque eu não tinha irmã, era a única menina na família. Enfim, eu escrevia no diário várias coisas sobre ela [...] estar com ela era muito bom (...) e aí: **“Por quê velho, escrevia vários EU TE AMO?”**. Aí uma luz se acendeu: Ahhh..**Meu mundo caiu né? Como assim eu gosto de meninas?** E era muito complicado, porque eu morava com minha tia (...) porque **minhas amigas se envolviam com meninos e eu sabia que se eu gostava de meninas tinha algo errado. Aí eu não podia conversar com ninguém, e essa é a pior parte! Porque ninguém podia saber que eu estava errada. Aí, eu entrei em crise**”(Dora , p.1/ l -18-31; grifos meus).

Vim perceber alguma coisa diferente quando já foi no que chamava antigamente de ginásio. Eu tinha dois colegas na escola e um deles tinha uma proximidade muito grande comigo. A gente se olhava, conversava, se ajudava. Éramos alunos muito bons! **A gente se olhava e ficava aquele clima estranho né? O que é que o outro quer dizer?** E tinha um terceiro que já tinha vivido algumas coisas na família, [...] aí ele sempre me dizia: “Eu ainda vou ficar com você!” **E eu tinha medo e saia correndo desesperado** [...] Mas aquele correr... Aquela ideia do ‘O que será que acontece?’(Leandro, p.2/ l 31-38).

Quando ficou marcado que [pausa longa] a minha opção sexual era essa, **foi um conflito muito grande. Porque nenhum pai e nenhuma mãe aceita né? Ter um filho homossexual.** (Afonso, p.1/ l- 9 e 10; grifos meus).

Conforme Sarah Schulman (2010), homossexuais de ambos os sexos compartilham duas experiências comuns que não tem quaisquer semelhança ou comparativo que possa ser vivenciada entre as pessoas heterossexuais. Uma é o ato de “assumir-se” e a outra é a “homofobia familiar”. A revelação pública da identidade sexual e a rejeição/inferiorização por parte da família devido a revelação são experiências únicas e restritas às pessoas não heterossexuais. A inadequação ao meio social somado a ausência de compreensão e afeto familiar traz vários

danos emocionais aos homossexuais, como por exemplo, o medo e a redução da autoconfiança. Segundo Adriana Nunan: “sujeitos com baixa autoestima tendem a apresentar dificuldade em manterem relacionamentos satisfatórios porque também lhes é difícil valorizar seus parceiros”. (2007, p. 52)

Por internalizarem os discursos ofensivos e depreciativos sobre sua própria identidade, muitos preferem ficar “dentro do armário”, ou seja, esconder seus sentimentos, atrações, desejos por pessoas do mesmo sexo. Como, por exemplo, afirmou Afonso (p.2/1-22 e 23) *“Você pode até brigar com você em algumas situações, até pela questão social mesmo. Pela sociedade não aceitar e ver isso de forma totalmente obscura, você acaba se retraindo.”* O ocultamento da identidade sexual parece fazer parte da dinâmica de alguns dos entrevistados com a família e o grupo social, visto que estes preferem deixar alguns vestígios da sua homossexualidade ou no máximo dá sinais para que desconfiem, sem que precisem confirmá-la.

Eu nunca contei aos meus pais. Na realidade, foi uma descoberta. Minha mãe me viu saindo de um carro com um homem. Ela já estava desconfiada [...] Nessa época eu tinha 16 anos, mas já havia sinais que eu deixava naturalmente, mas as pessoas não queriam perceber isso. (Afonso, p. 2, 1-38-44, grifos meus).

Eu tava conversando com uma amiga minha mais próxima e aí ela falou assim: “Dora posso te fazer uma pergunta?” Pode. “O que você sente por fulana, né amor de amiga não né?” AHH! Alguém me entende! Aí eu abri o jogo: É. Eu descobri tem pouco tempo e tal, o meu gostar por ela é diferente. (...) Pior coisa que fiz em minha vida. [...] **Minha mãe foi à última saber, [...] Depois eu contei para meu irmão.** Aí ele falou assim: Pô velho você fez um arroteio danado pra me contar isso! Aí eu disse: É porque nem todo mundo entende e tal, aí eu comecei a ler sobre isso para tentar entender. Aí eu vi que não estava sozinha, que isso não era algo tão incomum. (Dora, p. 2, 1-32-56; grifo meu).

Eu não contei, eles souberam por terceiros. Foi uma coisa muito complicada, porque eu estava estudando no colégio, ensino médio “pá” e aí eu comecei a namorar com uma colega. [...] Me lembro que a gente ficava o tempo todo juntas, eu saía “pra” escola seis da manhã e voltava pra casa onze da noite. Isso não era hábito. Eu tinha muito “cabresto” em casa. E minha mãe ficava preocupada. Mas lá em casa a gente não tinha o hábito do diálogo e **ela não perguntava, eu também não contava nada. Até que um dia um tio meu [...] ele fazia uma função de pai, muito importante para mim.** Ele era uma pessoa que sempre teve confiança. Um dia ele chegou para mim e me perguntou o que estava acontecendo, se eu estava usando drogas [...] E aí eu contei tudo. (Mônica, p.2, 1-39-59; grifos meus).

Eu falei com minha cunhada [que era lésbica], **fiquei com medo de falar com minha mãe.** Só que aí minha cunhada falou pra mainha. (Marta, p.1, l-13 e 14; grifos meus)

Júnior, o mais jovem dos entrevistados foi o único que teve uma postura diferente dos demais, ou seja, ao invés de ocultar sua identidade sexual e deixar que os outros descobrissem com o tempo ou através de terceiros, ele revelou sua homossexualidade para a família assim que teve certeza da mesma. Esse fato evidencia a condição de autoafirmação para a revelação da homossexualidade. Vejamos o relato dele:

À medida que fui crescendo, fui amadurecendo a ideia e vi que não sentia mais atração por meninas, somente por homens. **Foi a partir daí que resolvi assumir e contar para meus pais** [...] desse momento em diante comecei a viver minha vida como homossexual. (Júnior, ps.2 e 3, l-24-28; grifos meus).

Das oito pessoas entrevistadas apenas Ana oculta sua condição homossexual até hoje para parte dos membros da sua família. Fato este que confirma a homofobia familiar, mesmo após todas as conquistas alcançadas pelo grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT), o estigma perdura.

Meu pai sabe que sou lésbica e minha mãe não, mas minha mãe por que...digamos, que ela é muito intolerante com relação à homossexualidade [...] **Eu convivo bem com meus irmãos , apesar deles não saberem disso**, acho que não teria problemas com eles não (Ana, p.1, l - 5 e 6; grifo meu).

O principal motivo para o ocultamento da homossexualidade ainda é sem dúvida o preconceito social, como relata o mais velho dos entrevistados:

Posso dizer para você que o que tem de artista, seja no ramo televisivo ou na música que não se assumem [...] são enrustidos. Deixa eu usar essa palavra antiga, mas o termo é enrustido mesmo! Que **não se expõe por causa do preconceito social**. Porque meu vizinho vai falar que sou gay, viado, isso ou aquilo. Eu não devo nada para ninguém. Mas as pessoas ainda continuam com **aqueles velhos medos, de acharem que a sociedade vai destruir com a carreira deles** (Pedro, p. 3, l -78-84).

Segundo os meus informantes o assumir-se se assemelha ao utilizado por Sarah Schulman, ou seja: “processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social” (SCHULMAN, 2010, p.69), apresentando-se de dois modos distintos: 1) Assumir-se para si e 2) Assumir-se para a sociedade. O processo de revelação de identidade aponta um desafio a ser superado entre o privado e o público, assunto que será abordado no próximo tópico.

2. 3 - IDENTIDADE PÚBLICA X IDENTIDADE PRIVADA

Se me perguntar eu digo o que sou, mas se não me perguntar pra mim não faz diferença, porque **são coisas particulares que a gente não precisa estar expondo pra ninguém**. Eu não sou uma pessoa, que sou a favor de você “se assumir”, **a gente só precisa “se assumir” pra si próprio**. (Afonso, p.5, I-130-134; grifos meus).

Para Afonso o mais importante que revelar sua homossexualidade em público é romper com o preconceito contra si mesmo, ou seja, é a autoaceitação da identidade sexual. Mas, para ele, esse assunto está ligado à intimidade do indivíduo, portanto não deve ser exposto, deve ficar no âmbito privado. Em outro diálogo, ao afirmar que “... todo viado quer namorar, só que nem todo viado está preparado para isso” (p.3, I-86), ele utiliza-se da expressão “*estar preparado*”, não apenas como sinônimo de autoaceitação, como também “condição de maturidade” do indivíduo para assumir de forma consciente um compromisso sério ou uma relação amorosa. Ao perguntá-lo sobre o que ele quer dizer com a expressão “*está preparado*” ele me responde da seguinte forma: “Está preparado **é se autoconhecer, saber que é aquilo mesmo que você quer** [...] Existem muitos homossexuais que nem sabem o que querem então eles vivem brigando contra si próprios”.

Através da análise das entrevistas percebi que a autoafirmação ou o “*assumir-se para si*” é apenas uma das três condições impostas pela/o(s) interlocutora/e(s) para “assumirem para a sociedade”, ou seja, para a revelação pública das suas identidades sexuais. A segunda condição apontada foi à autonomia financeira, uma vez que para ele/a(s) o “status social” proporcionado pelo poder econômico auxilia na aceitação social da sua identidade homossexual. Esse fato se confirma nos relatos de Pedro e Ana ao responderem com quantos anos começaram a trabalhar e por quê:

Comecei a trabalhar cedo, com meus 13,14 anos. [...] Um dia mamãe me disse assim: “Ou você trabalha, ou vai para fora de casa”! Necessidade! E eu dou graças a Deus por ela ter feito isso. Por ela ter me feito pensar assim, pois foi numa época que eu estava me descobrindo, e **você precisa ter uma forma de sobreviver para assumir sua homossexualidade**. (Pedro, ps.4 e 5, I-113-118, grifos meus).

Eu comecei com 17 anos. E por que...**num mundo de hoje, a gente já é desse sexo, então sem trabalhar né? Fica difícil**. As mulé [sic] só gostam de pegar outra com trabalho, porque sem trabalho não pega. Eu gosto de trabalhar, gosto de ter o meu. (Marta, p.2, I- 43-46, grifos meus).

Para a maioria da/o(s) entrevistada/o(s) estar “psicologicamente bem” para revelar para a família e amigos que “são homossexuais” é por si só a condição da sua própria felicidade. Uma fala que representa bem essa afirmação é o relato de Afonso com relação aos seus sentimentos após sua mãe ter descoberto sua homossexualidade:

Então, **naquele dia eu tomei uma surra que para mim foi a melhor surra da minha vida**. Que foi uma surra de liberdade! [...] de você se libertar de algo que você tinha, mas não sabia como colocar, como citar, porque você sabia que podia ser né, como posso dizer... isolado. (p.2, l-44-47; grifo meu)

As pessoas em geral conseguem manter os assuntos familiares, particulares, ou da intimidade, dentro do espaço privado, mas aquelas que ocupam uma posição de destaque na sociedade são vulneráveis ao assédio dos fãs e da mídia, como é o caso dos artistas, músicos, políticos, etc.; e, portanto, não conseguem preservar sua privacidade por muito tempo. Há um ano a cantora baiana Daniela Mercury postou no *instagram* uma foto com sua companheira, onde declarou publicamente seu “amor por uma pessoa do mesmo sexo”. Esse ato provocou uma polêmica na cidade e a relação amorosa dela virou capa das maiores revistas do país.

Indaguei as pessoas entrevistadas com relação ao fato ocorrido e as respostas foram dúbias. Por isso resolvi separar os relatos em dois blocos distintos que representam as interpretações destas sobre a revelação pública da homossexualidade de Daniela: 1) Relatos das pessoas que enxergaram a atitude de **forma negativa** e 2) Relatos das pessoas que interpretaram o ato de **forma positiva**.

Das oito pessoas entrevistadas quatro delas não gostaram da exposição pública da homossexualidade da cantora, e se justificaram da seguinte maneira:

Achei muito **merchandising**, ela fez um pouco para se promover. Aproveitou o momento pra [sic] **se autopromover!** Ela poderia ter feito como muita gente faz: tranquilamente [...] poderia se manter um pouco, se **reservar** um pouco mais. (Pedro, p. 3, l -72-76, grifos meus).

Foi uma **atitude muito corajosa**, mas também acho que ela usou de um **marketing** muito bom, [...] aproveitou o momento para conseguir **fortalecer o público** que ela já tinha. Eu acho que o relacionamento dela foi natural, mas ela **aproveitou isso** para esse **marketing**. (Ana; p. 2, l - 30-34, grifos meus).

Eu achei ridículo! Porque eu acho que todo mundo já sabia que ela era sapatona né? Mas ela se aproveitou da situação para **expor a**

vida sexual dela de uma **forma mais aberta**, sendo que ninguém tem nada a ver com isso. A **vida dela particular não interessa a ninguém**. [...] Ela não fez nenhuma propaganda paga ainda. As campanhas que ela tem feito na mídia são gratuitas, porque **ninguém quer associar a sua marca à imagem dela**. [...] Acho que todo mundo tem necessidade de expor isso, mas não da **forma como ela usou**. (Afonso; p.8, l-230-247, grifos meus).

Nunca tive certeza, mas as pessoas sempre falavam [que ela era lésbica]. A gente vê muita história de pessoas que vivem aí num casamento, tem filhos e vive anos e anos com aquela dor, aquela mágoa de não ser livre. **Acho que chegou o momento dela, de se libertar** e ser feliz! Só **não achei** [pausa]. **Eu não tenho certeza se foi da forma correta. Achei que foi muito sensacionalismo** para o momento¹². **Aí fica aquela coisa de afronta, e não é assim que se resolve**. Teve um evento que ele [Marco Feliciano] mandou prender duas meninas que as pessoas brigaram, falaram e tal, mas a fala dele foi verdadeira: <<Aqui é um evento religioso, as pessoas que estão aqui são religiosas, querem brigar comigo vão brigar no âmbito social, jurídico, ou até mesmo exercendo seu papel de cidadão [...], mas não tentando me agredir e as pessoas que ali estão.>> (Leandro; p.3, l-60-72, grifos meus).

As justificativas expressas por essas pessoas podem ser resumidas em dois motivos: 1) Uma forma de exposição pública desnecessária e 2) A utilização da revelação pública da relação amorosa com a jornalista Malu Verçosa como forma de alavancar a carreira, fazer *merchandising*, *marketing* ou *sensacionalismo* (termos utilizados por elas).

Apenas três pessoas gostaram da atitude da cantora informando que acharam corajosa e necessária, pois serve de incentivo para as pessoas que desejam “sair do armário”; ou um ato político importante para fortalecer a luta da população LGBT e/ou compreenderam também como uma atitude bonita, uma declaração de amor. Eis aqui os relatos:

Bacana! Gostei bastante! Pelo fato dela **expor** o que ela realmente é e **não ter medo** da opinião dos outros e ser feliz. (Júnior; p.2, l- 49 e 50, grifos meus).

Então, ela **por ser uma figura pública**, é como se fosse “várias vozes” né? Eu não vejo muito como “aparecer”, mas como **uma forma política**. Assim... [pausa] **de dar mais visibilidade aos homossexuais**, e ainda mais quando se trata de mulheres né? Porque todo mundo sabe o que é gay né? Mas as lésbicas, elas ficam escondidas por detrás desses homossexuais. **Falam**

¹² Refere-se ao acontecimento histórico e político em que o Deputado Marco Feliciano, conhecido por suas atitudes preconceituosas e homofóbicas assume o cargo mais importante na Comissão dos Direitos Humanos.

homossexuais: é gay, não! [Nesse momento ela faz uma crítica ao uso do termo *homossexuais* como forma de englobar homens e mulheres, por isso reivindica o uso do termo *lésbicas* para designar homossexuais de sexo feminino] Existe uma diferença. E **as mulheres também estão nesse espaço!** (Dora; p. 5, l- 151-156, grifos meus).

Eu achei **interessante!** Achei **bonita** a atitude dela. (Marta; p.2, l - 36, grifos meus).

Mônica foi a única pessoa que apontou os dois aspectos (positivo e negativo), por isso deixei o comentário dela por último, pois reforça todas as outras opiniões já citadas:

Eu vejo que tem **dois pontos distintos**: é importante uma pessoa pública se posicionar, porque **trazer a visibilidade** é uma bandeira **na luta contra a homofobia**, contra todo tipo de discriminação. [...] Se todos os homossexuais que escondem que são fizessem isso [refere-se à revelação da identidade homossexual] nossa luta estaria muito mais fortalecida. E outro ponto, é que, **essa exposição exacerbada é desnecessária, rola um pouco de merchandising.** (Mônica; ps.3 e 4, l-87-92, grifos meus).

É perceptível que mesmo com opiniões contrárias, há um ponto em comum nos relatos dessas pessoas: o fato de acharem a revelação pública da homossexualidade uma atitude muito corajosa. Fato esse que só reforça os argumentos apresentados anteriormente acerca da revelação pública e privada da identidade sexual, visto que para eles é necessária muita determinação, equilíbrio e coragem para assumir-se para si mesmo e para a sociedade. A resistência em assumir a identidade homossexual deve-se ao fato da “homofobia internalizada” (SHULMAN, 2010) que pode ser percebida nas falas de Afonso e Leandro.

Quero dizer com isso que o discurso de inferioridade atribuída aos homossexuais foi durante muito tempo reforçado pela sociedade e absorvido pelas pessoas homossexuais. Portanto, faz com que Afonso e Leandro não percebam os benefícios que a revelação pública da homossexualidade e a visibilidade dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo estão trazendo para os gays e as lésbicas. Tanto que faz o primeiro achar “ridículo” o fato de Daniela Mercury expor seu amor por sua companheira, mesmo correndo o risco de perder alguns de seus patrocinadores por conta do preconceito. E o segundo defende o ponto de vista religioso de uma pessoa que já demonstrou em gestos e palavras sua homofobia e racismo, em um momento que a conjuntura política do país estava em tensão devido

à bancada religiosa que tentavam aprovar no Congresso Nacional propostas de expropriação dos direitos LGBT.

Sarah Schulman (2010), a respeito de atitudes das pessoas heterossexuais com relação aos homossexuais informa que: “ser contrário ou não reconhecer os direitos de gays e lésbicas há 60 anos, quando não existia qualquer indício de manifestações sociais é completamente diferente de se opor a este grupo atualmente” (p.71). Segundo a autora atitudes de opressão às pessoas homossexuais no contexto atual é uma oposição consciente e intencional, devido às várias informações acerca da homossexualidade e várias conquistas alcançadas pelo grupo, diferente daquela opressão imposta por medo do desconhecido. Nesse sentido, me questiono o que pensar da atitude de pessoas homossexuais que reproduzem esse preconceito, ainda que o sofram na pele? Ou melhor, o que fazer então para impedir que tais opressões e estigmas continuem se perpetuando?

Compreendo que teoricamente todos nós sabemos as respostas, mas na prática há um “jogo de inversão” mais complexo do que imaginamos. Na tentativa de compreender melhor como funciona a relação de opressão às pessoas homossexuais, o que Schulman vai chamar de “sistema de exclusão” procurei averiguar com a/o(s) interlocutora/o(s) de que forma as relações familiares e amorosas se constituem, com finalidade de buscar a causa de tanta desigualdade.

2.4 - “O MACHADO ESQUECE, MAS A ÁRVORE RECORDA!”- HOMOFOBIA FAMILIAR.

Sentimentos não são fáceis de mensurar, nem tampouco controlá-los. São atributos do campo das emoções, sensações e desejo, comum a todas as pessoas, independente de cor/etnia, idade, sexo, classe ou identidade sexual. Pois sensações de medo, angústia, insegurança, prazer, alegria e tristeza são experimentados por todo/a(s), mas podem ser potencializados ou não em determinados momentos de nossas vidas. Porém o sentimento de inferioridade das pessoas entrevistadas parece ser imanente, uma vez que são vulneráveis a dupla opressão (família x sociedade).

Com relação ao preconceito aos homossexuais compartilho da mesma ideia da educadora Joaquina Lacerda (2011) ao informar que:

Dentre todos os preconceitos sociais, o que discrimina o segmento LGBT é o que provoca mais dor e sofrimento, porque é o único que é observado tanto dentro quanto fora da família da vítima. Sendo a

família considerada como local privilegiado de afeto e abrigo, onde as pessoas se protegem e encontram forças para neutralizar as agruras sofridas fora de casa, não é difícil pressentir o quanto é doloroso ser rejeitado pelos próprios pais. (LEITE, 2011, p.20).

Apenas dois dos entrevistados não relatou ter sofrido rejeição dos seus pais, mas todos em algum momento de suas vidas já se sentiram inferiorizados pelos entes familiares. Para exemplificar o sentimento doloroso vivenciado pelos homossexuais, trago aqui o relato de Mônica sobre a reação de sua mãe ao saber da sua homossexualidade:

Foi horrível a reação dela. Tortura psicológica! **Extrema tortura psicológica!** Era um nível de horrores dentro de casa. Dela dizer para mim coisas do tipo: <<Eu prefiro ter uma filha que roube, que seja doente , que use drogas , do que ter uma filha homossexual.>> Hoje ela nega, mas é aquela coisa:<< O machado esquece, mas a árvore recorda, né?>> (p. 3, l - 64-67, grifos meus).

A não aceitação da homossexualidade, a rejeição, exclusão e inferiorização desta/e(s) por parte da família constituem no fenômeno da homofobia familiar. Sara Schulman ao escrever sobre o tema informa que: “ainda hoje, as famílias estão mais propensas a ‘tolerar’ os homossexuais, isto é, a mantê-los em uma posição de menor valor do que aprender com eles e se inspirar em seu conhecimento.” (2010, p.69)

A homofobia familiar se reflete em dois tipos de violência: a física e a simbólica. Com relação a agressões físicas apenas Leandro e Afonso relataram ter sofrido de pelo menos um dos entes familiares. O primeiro apanhou da sua avó quando brincava com um amigo de infância e o segundo levou uma surra da sua mãe quando ela o viu sair de dentro do carro do homem com quem se relacionava.

O termo “violência” assume uma definição ampla para a feminista Heleieth Saffioti (1994): “violação aos direitos humanos”, já para Maria Filomena Gregori assume uma perspectiva de “violação da liberdade e do direito de alguém ser sujeito constituinte de sua própria história.” (apud CHAUÍ, 1985, pág.125). Enquanto isso, para outro/a(s), o termo violência perpassa pela questão da subjetividade humana ou construção social, portanto para uma ação humana ser ou não considerada violência dependerá da cultura da sociedade analisada. Na sua tese de doutorado Silvia de Aquino, escreve:

O que é violento está submetido aos valores de uma sociedade, em determinado momento. Valores estes que não estão fixados de maneira estática, no tempo e espaço, e sim permeiam, fomentam e

informam representações sociais travados cotidianamente. (AQUINO, 2008, cap. I, p.3)

Como profissional na área de Gênero e Diversidade compreendo que a análise crítica sobre a violência de gênero e a homofobia familiar perpassa pelo entendimento de uma cultura política de tradição conservadora, autoritária, [preconceituosa, androcêntrica] e sexista que determina ou condiciona o lugar social que deve ser ocupado por homens e mulheres (FRASER, 2002). Segundo Tatiane Lucena Lima na sua tese de pós-graduação em educação:

A consciência crítica da/o(s) estudantes do BEGED da UFBA é desvelada em função do que a organização do currículo transversalizado pelo gênero possibilita aos sujeitos em termos de um saber, um saber-fazer e um ser-no-mundo, mediatizados pelos discursos das docentes que atuam na contestação dos dispositivos culturais e históricos do androcêntrismo na vida das mulheres e no projeto social democrático. (LIMA, 2012)

Ao levar em consideração a distinção de sexos das pessoas entrevistadas, posso afirmar que as mulheres negras são mais 'afetadas' pelo preconceito, porque além de conviver com a homofobia dentro do ambiente familiar ainda enfrentam cotidianamente a tripla discriminação de gênero, raça e orientação sexual. Apesar de serem homens e mulheres, todas essas pessoas são suscetíveis as diferentes formas de violência tipificada no Art. 7º da Lei Maria da Penha, lei que coíbe a violência contra as mulheres. São elas:

Violência física entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal de uma pessoa (exemplos: socos, tapas, pontapés, empurrões, arremesso de objetos, queimaduras, etc..). (art.7º, I)

Violência psicológica entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição costuma, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (art.7º, II).

Violência sexual entendida como qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante a intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.(art.7º, III)

Violência patrimonial entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. (art. 7º, IV).

Apesar da conquista de direitos alcançados com muita luta e resistência dos grupos LGBT, até hoje são vítimas de discursos homofóbicos e piadinhas preconceituosas seja por parte de parentes, amigos ou agentes de órgãos institucionais, fato este que se constitui numa violência simbólica. Pode-se dizer que a violência simbólica é uma manifestação do sistema de exclusão das pessoas homossexuais e a falta de reconhecimento da identidade destas.

Essa exclusão é resultado da perpetuação do preconceito ao gay e a lésbica ao longo do tempo, mesmo com as grandes transformações sociais. Isto pode ser confirmado através da provocação de Afonso ao contar um fato que aconteceu na Bahia há alguns anos atrás:

Se você for analisar um pouco da história, na Bahia quando um filho de alguém da sociedade era viado, ele era mandado para São Paulo, porque lá as coisas eram mais abertas (refere-se ao fato da homossexualidade ser melhor aceita) [...] as pessoas depois ficavam sabendo que o filho de fulano foi para São Paulo porque o pai mandava, porque na Bahia não podia ter viado. E eu achava aquilo um absurdo! Mas na realidade era algo comum, mais comum do que a gente imaginava! **Hoje eu ainda acho que a sociedade não está preparada (para aceitar o homossexual de forma naturalizada), porque é muito mais fácil para mim dizer “eu gosto de viado” , porque o filho de fulano é gay. Mas será que se meu filho fosse gay eu aceitaria?** (Afonso, p.6, l -156 -164; grifos meus)

Questionamento bastante pertinente o dele, uma vez que é mais fácil as pessoas aceitarem um amigo ou vizinho homossexual do que o próprio ente familiar. Tais manifestações de preconceito contra as pessoas homossexuais são muitas vezes “veladas pela sociedade”, o mesmo acontece com as diversas formas de reprodução do racismo na cidade de Salvador.

Segundo Peter Fry (1982) “é impossível estudar qualquer fenômeno social nas suas manifestações ao nível do indivíduo sem primeiro entender o universo de representações dentro do qual o indivíduo se move como ator social (p.87)”. Alguma/un(s) homossexuais não conseguem perceber no dia a dia as diversas manifestações de homofobia. Isso porque vivendo em um meio social cuja representação de legitimidade expressa à figura do homem branco e heterossexual. As pessoas negras e homossexuais já internalizaram a condição de inferioridade e

anormalidade naturalizada pelos *aparatos ideológicos do Estado* (ALTHUSSER, 2003). Segundo o Althusser, os principais aparelhos ideológicos do Estado são: as famílias heterossexuais casamentárias e androcêntricas, as instituições religiosas e o sistema educacional.

Estes aparelhos do Estado produzem um conjunto de ideologias e cosmologias que estão em constante tensão. Dessa forma, prefiro pensar o conceito da homofobia como algo mais amplo, assim como o fenômeno da violência contra as mulheres, que perpassa as categorias de raça, classe e geração. Conforme Daniel Borrillo, a homofobia: “é o medo de que a valorização da identidade homossexual seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (2010, p.17).

Borrillo utiliza-se do termo “heterossexismo” para designar “o sistema a partir do qual uma sociedade organiza um tratamento segregacionista segundo a orientação sexual” (2010, p. 23), assim como a ideologia do “racismo” que preconiza a superioridade da raça branca sobre a negra, e o “sexismo” que promove a dominação de um gênero sobre o outro. O universo pesquisado é a principal vítima dos preconceitos citados e problematizados pelo autor.

Depois de abordar as singularidades da identidade homossexual, como por exemplo: o processo conflituoso de revelação pública e privada, o preconceito internalizado e a homofobia familiar, a proposta do próximo capítulo é revelar os modelos de masculinidade e feminilidade percebidos pelas pessoas entrevistadas.

Capítulo 03 - MODELOS DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES

Nesse capítulo pretendo averiguar de que forma a/o(s) negra/o(s) homossexuais solteira/o(s) e moradores de bairros populares de Salvador, se percebem dentro do binarismo de gênero imposto e naturalizado pela cultura. Seja nas formas como este/a(s) interagem com outras pessoas (comportamentos e práticas) ou nas suas relações afetivo-sexuais. O capítulo foi dividido em tópicos que estão relacionados às perguntas feitas a/o(s) sujeita/o(s) da pesquisa. Cada tópico visa capturar novas categorias por ela/e(s) informadas, bem como informar o que estou compreendendo por modelos de masculinidades e feminilidades; e apresentar conceitos relevantes para a compreensão do/a(s) mesmo/a(s) no desenvolvimento do trabalho de campo. Conceitos como heteronormatividade, identidade de gênero, convenções de gênero, performance e papéis de gênero serão aqui explanados e problematizados juntamente com as novas categorias de análise informadas com finalidade de apresentar quais os modelos de conjugalidades, masculinidades e feminilidades percebidos pelas pessoas negras homossexuais soteropolitanas.

3.1 - “QUEM É O HOMEM, QUEM É A MULHER NA RELAÇÃO?” EU DANÇO CONFORME A MÚSICA.

A homossexualidade e a heterossexualidade são variantes da sexualidade humana. Segundo Maria Berenice Dias (2011): “A homossexualidade é tão antiga como a heterossexualidade”. (p.33). Ambas como simples manifestações da pluralidade sexual são atributos da personalidade e construções sociais e, portanto, não devem ser parâmetros para qualificar ou desqualificar pessoas. (LEITE, 2011) Apesar das relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo na maioria das vezes não ser admitida, jamais nenhuma sociedade ignorou suas presenças. Nas duas grandes civilizações antigas (Grécia e Roma) essas relações representavam um estágio de evolução da sexualidade, das funções definidas para os gêneros e para as classes (SOUZA, 2001), o que demonstra que o preconceito e a discriminação contra pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e trans) não é universal em todas as sociedades (EVANS-PRITCHARD, 1978). Porém na atual conjuntura da sociedade ocidental, a homossexualidade sempre fora conceituada como um desvio da norma e agora é pauta para discussões políticas acerca de novos arranjos familiares e novos modelos de conjugalidades. Visto que cada cultura

produz suas regras ou normas de sociabilidade e também determina os modelos de relações sociais entre os sexos.

Percebendo que a heterossexualidade é o modelo “privilegiado” pela sociedade brasileira e que a cidade de Salvador é predominantemente negra, resolvi entrevistar negra/o(s) soteropolitana/o(s) homossexuais, visto que estas pessoas são marcadas socialmente pela **interseccionalidade**¹³ das categorias de classe, raça e orientação sexual proposto pela feminista Kimberlé Crenshaw (2002); e vivem sob a égide da **heterossexualidade compulsória**¹⁴ proposta pela primeira vez pela feminista Adrienne Rich (2010).

A feminista Nádia Pino (2007) também trabalhou com o termo conceituando-o como um “enquadramento de todas as relações - mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo - em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual” (p.160). Judith Butler (2003) ao conceituar a heterossexualidade como “norma” utiliza o termo “matriz” para designar:

O modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino- expresso macho, feminino-expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade. (2003, p.16).

Assim como Butler (2003) compreendo que a heteronormatividade não perpassa apenas pela noção de padronização da sexualidade humana, que tem como modelo: práticas, atos e desejos sexuais do casal heterossexual, mas também, diz respeito à normatização e ao processo de naturalização dos corpos, comportamentos e identidades de gênero demarcado em campos femininos e masculinos construídos pela cultura e ressignificados ao longo do tempo. Esse conceito foi elaborado a partir da perspectiva dos estudos feministas e da *teoria queer*, baseados nos escritos da autora e do teórico Richard Miskolci (2011). Conforme Richard no artigo sobre A Teoria Queer e a Questão das diferenças:

A heteronormatividade é mais do que o aperçu de que a heterossexualidade é compulsória. Como um conjunto de prescrições

¹³ Segundo o conceito de interseccionalidade da autora Kimberlé Crenshaw: “trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. (2002, p. 177).

¹⁴ A feminista norte-americana Adrienne Rich cunhou esse termo em um ensaio de 1980, publicado somente em 1986 com o título “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”.

que fundamenta processos sociais de regulação e controle, marca até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. As formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na díade ativo/passivo dos gays (e lésbicas), a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais. Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. (ps.5 e 6)

Neste capítulo discuto a ideia de que, para as pessoas que entrevistei, há uma tendência de reproduzirem um modelo de relação afetiva mais próxima da realidade heterossexual como forma de não serem discriminados socialmente, o que chamarei aqui de **homonormatividade** (cf. POCAHY, NARDI, 2007). Dessa forma fui a campo questionar como estas se percebiam dentro do modelo de relações afetivo-sexuais ou conjugais proposto pela norma social, pois cada ser humano constrói sua sexualidade de forma singular, portanto, somente o indivíduo pode responder por ela.

Com o propósito de responder como a/o(s) negra/o(s) homossexuais soteropolitana/o(s) se percebem dentro do binarismo de gênero imposto e naturalizado pela cultura, fiz o seguinte questionamento: quem é o homem e a mulher numa relação homoafetiva? As respostas foram diversificadas.

Para mim tanto faz, **entre quatro paredes eu acho que não existe isso entre ser homem ou mulher**. Eu só não gosto que me toquem (rsrs). Na cama eu **prefiro ser o homem**. (Marta, p. 5, I-108-109; grifos meus).

Eu não gosto quando alguém diz assim: “E aí mulher”. Porque **eu não me vejo como mulher** e nunca senti desejo de me transformar numa mulher. Essa coisa de que: **“Ah você vai ser a mulher na cama!”**, **isso não existe!** (Afonso, p.4, I-107-109; grifos meus).

Muitas pessoas de forma equivocada pensam que os homens e as mulheres homossexuais são anatomicamente diferentes dos homens e das mulheres heterossexuais e que os primeiros não estão satisfeitos com seus corpos e, portanto, comportam-se como se fossem do sexo oposto. Fato este que não corresponde aos relatos das pessoas homossexuais entrevistadas. Até mesmo aquele/a(s) cuja identidade de gênero não corresponde às expectativas ‘esperadas’ em relação ao sexo fisiológico, não apresentaram nenhum interesse em mudar de

sexo. Segundo (LEITE, 2011): "O que há de diferente nelas e neles é apenas a orientação sexual voltada para pessoas do mesmo sexo".

Marta, por exemplo, considera-se uma mulher masculina, pois na sua relação afetivo-sexual ela confessa ser "*o homem*" da relação e diz não gostar de "*ser tocada*". O ato de "tocar, penetrar ou explorar" o corpo do outro, numa cultura machista e androcêntrica como a nossa, são ações atribuídas aos homens, enquanto às mulheres cabem "serem tocadas, penetradas e exploradas". Mesmo assumindo uma postura corporal e comportamental masculinizada ela em nenhum momento queixa-se de ter seios e vagina, ou seja, não está em conflito com seu corpo. Diz ser vaidosa, fazer as unhas toda semana e mudar o cabelo de quinze em quinze dias.

Mas afinal de contas, o que determina um homem "ser homem"? E uma mulher "ser mulher"? O existencialismo proposto por Simone Beauvoir (1980) não só questiona a categoria "mulher" ao propor que "*não se nasce mulher, torna-se mulher*", como também problematiza a questão do dimorfismo sexual (homem – pênis / mulher-vagina) como algo que surge de forma arbitrária, uma vez que homens e mulheres passam a ser compreendidos como seres históricos e sociais e não puramente biológicos.

Apesar da existência da corrente feminista proposta por Monique Wittig (1992) que diz que "Lésbica não é mulher", as lésbicas entrevistadas se identificaram como mulheres. Segundo Wittig o recusar-se a ser mulher, não significa querer tornar-se homem, e sim romper com os padrões estabelecidos para a categoria 'Mulher', uma vez que as lésbicas tendem a romper com a tríade: maternidade, heterossexualidade e feminilidade. Em contrapartida os gays entrevistados também se identificaram como homens. Nesse sentido concordo com a feminista Guacira Louro (1997) ao comentar que a "concepção fortemente polarizada dos gêneros esconde a pluralidade existente em cada um dos polos." (p.48).

A pluralidade apontada pela autora é perceptível tanto na diversidade das pessoas entrevistadas quanto na oscilação das **performances de gênero** ¹⁵

¹⁵ A "performatividade de gênero foi proposto por Judith Butler no seu livro "Problemas de Gênero - feminismo e subversão da identidade "(1990), publicado no Brasil em 2003, informa que gênero é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser.

(BUTLER, 2003). Ou seja, alguns assumem uma postura masculina, outros assumem uma postura feminina e a maioria diz transitar por entre os gêneros. A singularidade apresentada pela/o(s) sujeita/o(s) destaca-se na forma como este/a(s) lidam com a performatividade nas suas relações sexuais, pois a questão da correlação existente entre atividade/passividade e masculino/feminino nem sempre aparece de forma bem definida.

Compreendo aqui por “atividade” e “passividade” as práticas e ações realizadas ou não durante as relações afetivo-sexuais. Aquele/a que pratica ação de “penetrar, tocar e explorar” o corpo do outro é o sujeito ativo, enquanto o passivo é o sujeito “penetrado e explorado”. Vejamos os relatos:

Eu não sei por que a gente tem que explicar tanto para poder viver. **Eu sou ativo, mas há muito tempo atrás eu tive um relacionamento onde fui passivo**, mas nunca me agradou (...) é como se a minha natureza não aceitasse. (Leandro, p.7, l - 174 -178, grifo meu).

Nas minhas relações sempre fui muito aberta pra essas coisas, nunca tive problemas não. Mas a gente usa um termo que é **relativo, não é ativo e nem passivo (...)**. Eu acredito que o que muitas vezes parece, é externada na cama outra coisa né? Porque quando você está num ambiente que você se sente totalmente confortável com alguém, você pode fazer o que quiser. (...) **então o que a gente externa dentro de quatro paredes pode ser completamente diferente.** (Ana, ps.6 e 7, l-172- 179, grifos meus).

Apesar da maioria falar sobre a relatividade nas suas relações afetivo-sexuais, a transitoriedade, ou seja, o perceber-se ora feminina ora masculina, é mais perceptível na fala de Mônica ao ser questionada sobre seu comportamento, personalidade e performance nas suas relações afetivo-sexuais. Vejamos:

Eu acho que tenho **me percebido** cada vez mais **feminina**, acho que um tempo atrás até caberia [ser uma mulher masculina], mas eu **tenho descoberto cada vez mais a mulher [feminina] que tenho dentro de mim, nas suas essências e potencialidades (...)**. Eu sempre fui muito masculina, e eu entendi que de fato não é ser masculina, mas é encontrar o equilíbrio dessa mulher mais forte e me ajustar a ela. Hoje não quero ser uma mulher masculina, acho que **estou passando por uma fase extremamente prazerosa, de descobrir outras possibilidades.** (Mônica, referindo-se a sua identidade de gênero, ps.6 e 7, l – 172-177, grifos meus).

Nem ativa, nem passiva, relativa (risos) . Eu tenho uma amiga que é engraçada; ela sempre me pergunta: ”Como é isso, eu não consigo entender? [sobre o sexo entre duas mulheres] Aí eu respondo: Oh amiga, esqueça o falo [refere-se ao pênis]. **A sexualidade é diversa, não é falocêntrica! No meu caso é tranquilo. Tipo: eu danço**

conforme a música!” (Mônica, referindo-se a sua performance sexual, p.7 , l -181-185, grifos meus).

Quando ela utiliza-se dos termos “potencialidade” e “possibilidade” no plural percebo que há uma necessidade de falar sobre as feminilidades e as masculinidades, bem como utilizar o termo homossexualidade no plural, visto que as identidades homossexuais são multifacetadas, pois as subjetividades não são fixas, estão em constantes mutações, e podem apresentar semelhanças ou transformações de acordo com o contexto histórico-social específico. Bem como não existe um modelo único de feminilidade e masculinidade, pois as **convenções de gênero**¹⁶ (BONETTI, 2011) que o determinam também variam de acordo com as diferentes culturas.

Nesse aspecto defendo a proposta feminista de Judith Butler (2013) que propõe uma desconstrução/desmontagem de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas que não se adequam ao cenário de bipolaridade ou binarismo no qual acostumamo-nos a compreender as relações entre as pessoas. Compreendo por binarismo a ideia de que todas as pessoas (em suas aparências físicas e comportamentos) devem se inscrever em um sistema binário rigidamente sexista (Homem/masculino x Mulher/feminino).

Esse sistema implica que a pessoa que nasce com um “pênis” é definido como “homem”, portanto, deve ter “aparência masculina”. Enquanto a pessoa que nasce com uma “vagina” é definida como “mulher”. E cada cultura é responsável por definir as condutas masculinas e femininas. Na cultura ocidental comportar-se como um homem requer: ter uma postura mais forte, menos sensível, ter voz grave, ser racional, mostrar-se automaticamente violento, criar barba, sentar-se de pernas abertas, não se depilar, dentre outras coisas. Enquanto comportar-se como uma mulher requer: ser emotiva, gostar de se depilar, usar maquiagem, fazer as unhas, cruzar as pernas ao sentar-se, usar saias e vestidos, ser vaidosa e etc. Esse conjunto de atributos que nos permite diferenciar o “feminino” do “masculino” que conhecemos por “feminilidade” e “masculinidade”.

¹⁶ As convenções de gênero segundo a antropóloga Alinne Bonetti são: “Conjunto de valores e ideais relativos do imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas.” (BONETTI, 2011).

Segundo Marie Hélène Bourcier (2005): as feminilidades e masculinidades encontradas são a ressignificação e a descontextualização da masculinidade e da feminilidade dominante heterocentrada. A relatividade deste/a(s) informantes na forma de se perceber - se femininos ou masculinos, ativos ou passivos, seja nas nuances afetivo-sexuais, nos temperamentos emocionais e comportamentos pessoais é o que denomino nesse trabalho de concepções múltiplas de masculinidade e feminilidade. No próximo parágrafo tentarei esmiuçar as percepções diversas dos interlocutores através da forma como selecionam seus parceiros e como se percebem dentro desses modelos hegemônicos de feminilidade e masculinidade.

3. 2 - LADIES X BOFES E AFEMINADO X FEMININO

Robert Connell (1995) discorrendo sobre “as políticas de masculinidade” informa que “toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens” (p.190). Acrescento que a cultura também define condutas e sentimentos esperados apenas pelas mulheres, e, dessa forma os meninos são orientados a assumirem comportamentos diferentes das meninas. Em 2013 juntamente com Messerschmitt, Connell cunhou o conceito de masculinidade hegemônica no projeto sobre desigualdade social nas escolas australianas; cuja discussão conceitual estava relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos e papéis dos homens na política sindical.

Para os autores a masculinidade hegemônica é normativa, pois incorpora a forma mais honrada de ser um homem e exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela, com isso legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens, e, portanto, todos os homens que não se adéquam ao modelo de masculinidade são inferiorizados e discriminados pelos demais.

Da mesma forma que existe um modelo de masculinidade hegemônica que legitima os sujeitos que mais se aproximam da concepção de “macho” e inferioriza aqueles que mais se assemelham aos atributos femininos, existe um modelo de feminilidade que foi construído pela cultura e que também é normativo, visto que as mulheres que mais se aproximam dele são preferidas não somente pelos homens como pelas mulheres, o que faz com que os modelos de feminilidade sejam sempre subordinados aos modelos de masculinidade (CONNELL, MESSERSCHMIDT,

2013). Os relatos das lésbicas a respeito de suas preferências quanto à aparência física e comportamental das parceiras retratam esse fato:

“Eu não gosto de bofe **prefiro as ladies**” (Marta, p.5, l-111; grifo meu).

Eu prefiro as ditas **femininas**, mas eu entendo também que eu não posso te afirmar com certeza que nunca vou sentir atração por uma mulher masculina [bofe], mas é uma questão de sentir **tesão** mesmo, **coisa da pele, eu sinto mais por uma mulher feminina**. [...] é que nem algumas pessoas preferem se relacionar com brancos e outras com negros (Mônica, p.7, l- 187-195; grifos meus).

Metade das entrevistadas informou preferência pelas *ladies*, ou seja, aquelas mulheres mais vaidosas que se preocupam com a aparência e estética, além de serem dóceis e delicadas. A outra metade não se posicionou com relação às preferências, porque confessam não fazer distinção. Com relação aos homossexuais masculinos, na hora de selecionarem seus parceiros afetivo-sexuais todos os quatro entrevistados relataram preferir os homens mais masculinos, que também são conhecidos como “bofes”. A fala de Afonso foi escolhida por mim pelo fato de condensar todas as outras:

Se você analisar a palavra homossexual já está dizendo: Homem que gosta de homem. **Eu não sinto atração ou tesão nenhuma por ninguém afeminado**, porque se eu quisesse alguém afeminado eu pegaria uma mulher, seria muito mais prático!(Afonso, p.4, l -109-112).

Percebi que os termos “*bofe*” e “*ladie*” nas relações estabelecidas entre as mulheres homossexuais são semelhantes às relações estabelecidas entre casais heterossexuais, onde os **papéis de gênero**¹⁷ (GROSSI, 1994) feminino e masculino são distintos e hierarquizados, e que os **bofes** (mulheres masculinizadas) tendem a preferir as **ladies** (mulheres femininas) para formarem um par. Mas isso não constitui uma regra, pois segundo Dora: “hoje em dia é comum você encontrar um casal de bofes, uma vez que as ladies estão ficando escassas, pelo menos nos bairros mais populares da cidade de Salvador”.

Com respeito às relações estabelecidas entre os homossexuais do sexo masculino percebi através dos relatos que há uma distinção existente entre dois

¹⁷Segundo a feminista Miriam Grossi “Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero”. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A Antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta.

conceitos que para o senso comum parecem sinônimos: “*homem feminino*” e “*homem afeminado*”, onde o primeiro é mais bem aceito pelos homossexuais que o segundo. Percebi isto nas respostas que eles me deram quando questionados sobre o posicionamento deles acerca da afirmação do trecho da música “Feminino e masculino” de Pepeu Gomes (1999), que diz: “Ser um homem feminino não fere o meu lado masculino.”

Fere e muito! Porque inevitavelmente as pessoas gostam de comparar, **porque é gay acha que tem que ser afeminado**. Às vezes você pode ser gay e não ser afeminado. Ai quando faz essa comparação fere sim! (Pedro, p.8, l-202-204; grifo meu).

“Ser **gay não significa que eu seja mulher**. Só sou um homem que gosta de outro homem”. (Júnior, p.5, l-115 -116, grifo meu)

[...] eu não me vejo como uma mulher, eu nunca senti desejo de me transformar em mulher [...] Porque se você analisar o significado de homossexual já está dizendo: Homem que gosta de outro homem. **Eu não sinto tesão nenhuma por ninguém afeminado**, porque se eu quisesse alguém afeminado, eu pegaria uma mulher. [...] **Esse lance de ser um homem feminino, essa questão da alma feminina talvez seja a delicadeza**, que também não é só das mulheres né? [...] A gente sempre cria rótulos para as situações. (Afonso, p.4, l- 108 – 115; grifos meus).

A distinção percebida por mim acerca das categorias “afeminado” e “feminino”, informadas pelos homossexuais masculinos é análoga à distinção proposta por Peter Fry (1982) com relação às “*bichas*” e aos “homens” no seu trabalho: “Da hierarquia à igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil”. É perceptível nos relatos dos sujeitos que o termo “*feminino*” está relacionado ao campo das emoções. Portanto todos concordam que a sensibilidade não é restrita apenas às mulheres e independe da orientação sexual. Enquanto o termo “*afeminado*” está relacionado ao campo do comportamento humano e atrelado também às escolhas por vestimentas e adereços ‘ditos’ femininos. Ou seja, o afeminado é o homossexual masculino que usa roupas coladas ao corpo, vestido, saias e roupas íntimas femininas, faz unhas e sobrancelhas e na relação sexual assume uma postura “passiva”, assemelha-se a categoria “bicha” do modelo de Fry.

No entanto, a categoria “homem feminino” pode ser atribuída ao heterossexual ou homossexual, pois eles entendem que “ter sensibilidade” e “demonstrar carinho” não são características apenas das mulheres, apesar da cultura machista impor essa condição. Portanto qualquer homem numa situação de tristeza pode demonstrar seus sentimentos através das lágrimas.

Desta forma percebi que os atributos do campo das emoções, sensações e desejos é de comum a ambos os sexos, e; aquilo que entendemos como papéis de gênero são atribuições relacionadas às personalidades, aos comportamentos, aos pensamentos e às práticas, estas são facilmente maleáveis as nossas escolhas e vontades, portanto são dinâmicas e mutáveis (GROSSI, 1994). Como por exemplo, as percepções de masculinidade e feminilidade relatadas pelas pessoas entrevistadas:

“Eu **me considero** uma pessoa **masculina**, porque algumas coisas eu **penso** como um homem e **hajo como um homem.**”, (Marta, p.5, I – 103 e 104, grifos meus).

Se **me considero** uma **mulher masculina**? Um pouco, acho que sim. Porque como a gente **constrói** muitas coisas né? Nesse padrão binário feminino/ masculino, a gente acaba tomando algumas coisas como masculinas: **a forma de sentar, de falar, o tom da voz numa briga** sabe? [...] **Na verdade nada é masculino e feminino, isso tudo a gente constrói e coloca como se fosse.** (Ana, p.6, I -163 - 168; grifos meus)

Verificamos aqui que o “sexo pode ou não coincidir com a identidade de gênero” (WYLLYS, 2014, p.24) da pessoa, ou seja, um indivíduo do sexo feminino pode ter uma identidade de gênero feminina ou não e vice-versa. Apesar da coincidência entre a condição sexual (sexo masculino) e a identidade de gênero (comportar-se e vestir-se como homem), essa mesma pessoa pode vir a ter uma orientação sexual homossexual, isto é, sua libido pode direcionar-se para alguém do mesmo sexo. (Ibid., p.25). Segundo Rubin:

O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos e, portanto, não deve ser restrito apenas à distinção entre os sexos. (1978, p.45)

A proposta que apresento é a mesma problematizada pelas teorias feministas: a de romper com o essencialismo sexual que aprisiona e hierarquiza homens e mulheres em papéis sociais “normalizados” e classificados como femininos e masculinos. Para que possamos melhor compreender a relação existente entre o perfil de homens e mulheres e suas respectivas identidades de

gênero e orientação sexual, o jornalista, mestre em literatura e linguística da UFBA - Jean Wyllys – elaborou a tabela conceitual abaixo:

Sexo	Identidade de gênero	Orientação sexual	Perfil
M	M	F	Gênero = sexo (orientação heterossexual)
M	M	M	Gênero = sexo (orientação homossexual)
M	F	M	Gênero x sexo (orientação homossexual)
M	F	F	Gênero x sexo (orientação heterossexual)
F	F	M	Gênero = sexo (orientação heterossexual)
F	F	F	Gênero = sexo (orientação homossexual)
F	M	F	Gênero x sexo (orientação homossexual)
F	M	M	Gênero x sexo (orientação heterossexual)

Figura 6: Tabela conceitual extraída do livro de Jean Wyllys (2014, p. 25)

A partir da análise da tabela de Jean Wyllys pude perceber que a identidade de gênero é multifacetada, portanto reafirma a inexistência de um modelo único de masculinidade e feminilidade. Segundo Fry (1982) há várias maneiras de compreender a sexualidade masculina no Brasil, pois estas variam de uma região para outra, classes sociais distintas, [de uma geração para outra] e, sobretudo, de um momento histórico para outro.

No meu ponto de vista a afirmação do autor também é cabível à sexualidade feminina brasileira visto à pluralidade existente entre as mulheres e suas variadas formas de expressarem suas vivências afetivo-sexuais.

Não pretendo, no entanto, defender pontos de vistas ou ideias pré-concebidas pelas biografias revisitadas, mas suscitar reflexões acerca da sexualidade humana a partir das convenções de gênero e do modelo de conjugalidade apontados pela/o(s) negra/o(s) homossexuais soteropolitana/o(s).

Capítulo 4 - MODELOS DE CONJUGALIDADES E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

Agora que já conhecemos as convenções de gênero e sexualidade apresentada pela/o(s) homossexuais negra/o(s) soteropolitana/o(s), assim como a forma como ela/e(s) se percebem ou não inseridos no modelo de masculinidade e feminilidade da sociedade ocidental contemporânea, pretendo nesse capítulo trazer à tona as concepções de conjugalidade informadas pelo universo de pesquisa.

Para a literatura dos estudos sobre sexualidades o conceito de conjugalidade tem sido bastante contextualizado, principalmente após o projeto de Lei da Deputada Marta Suplicy em 1995. Passados quase 20 anos, só recentemente os gays e as lésbicas puderam comemorar o direito de legalizar uma relação afetivo-sexual. Segundo a declaração do Deputado Federal Jean Wyllys na página do site criado para campanha sobre casamento civil entre pessoas do mesmo sexo:

Após as sentenças do STF — que reconheceu que os casais do mesmo sexo podem constituir uma família e têm direito à união estável com os mesmos requisitos e efeitos que as uniões estáveis de homem e mulher — e do STJ — que reconheceu o direito ao casamento civil de um casal de lésbicas do Rio Grande do Sul — diferentes casais começaram a inscrever suas uniões estáveis e pedir à justiça a conversão em casamento¹⁸.

De acordo com o relato dele pude perceber que os direitos à população LGBT aqui no Brasil são sempre conquistados ou consentidos, nunca deliberados de forma espontânea. Uma vez que o “pontapé inicial” ou o fator preponderante para a conquista de anos de luta da comunidade gays e lésbicas sempre partiu da iniciativa desses protagonistas. A efetivação do casamento entre pessoas do mesmo sexo só ocorreu devido às pressões deste grupo que através de atitudes e manifestações conseguiram convencer juízes e corregedorias estaduais a mudarem de opinião.

Claro que o deputado Jean Wyllys também deu sua contribuição ao perceber que faltava uma regulamentação nacional que impedisse as discrepâncias e desigualdades de direitos das pessoas homossexuais observadas nas capitais brasileiras, com finalidade de estabelecer regra única em todo o país, entrou com um pedido no Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e, pouco depois, o juiz Joaquim

¹⁸ Conferir no site <http://casamentociviligualitario.com.br/casamento-igualitario>. Acessado em novembro de 2013.

Barbosa, presidente do Conselho — e do STF — assinou a decisão 175/2013 (ANEXO B), que regulamentou no dia 14 de maio de 2013 o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em todo o Brasil.

Assim como ele, muitas pessoas têm demonstrado sua indignação com relação à expropriação da cidadania do grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), seja através de manifestações sociais, campanhas e lançamento de livros, até pesquisas acadêmicas sobre o tema. Segundo (LOURO, 2008), devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeado/a(s) como “diferentes” aquele/a(s) que não compartilham desses atributos.

Como a proposta deste trabalho acadêmico é dar visibilidade as pessoas negras homossexuais soteropolitanas, nesse capítulo tento trazer a tona as concepções de conjugalidades apontadas por ele/a(s). Daí a importância de ter entrevistado pessoas de sexo opostos e faixa etárias distintas, pois assim pude confrontar relatos sobre um mesmo fenômeno a partir de pontos de vistas diferentes de pessoas que nasceram na mesma cidade. Por serem coetâneas, mas terem nascidas em diferentes momentos históricos podem expressar opiniões contrárias a respeito do mesmo assunto. Como por exemplo: perceber a legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo como uma conquista positiva, negativa ou irrelevante.

4.1 – JUNTAR OU CASAR?

Importante informar que o conceito de conjugalidade que utilizo no trabalho “não é aquele que emerge de um fato jurídico”. (HEILBORN, 2004) Uma vez que a proposta é mostrar a subjetividade da/o(s) sujeita/o(s) entrevistada/o(s). Portanto faz-se necessário perceber o que significa para estas pessoas “viver um relacionamento”, “estabelecer uma união afetivo-sexual com outro” ou o que de fato compreendem por “conjugalidade”. Concordo com a antropóloga Maria Luiza Heilborn (2014) ao informar que o termo “expressa uma relação social que condensa um ‘estilo de vida’ fundado em uma dependência mútua e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico, considerando-se que a coabitação não é regra necessária”. (IBIDEM, p. 11)

Para fundamentar o argumento apontado pela autora de que a coabitação não é regra necessária para se estabelecer uma conjugalidade posso citar o exemplo do meu relacionamento. Convivo há 10 anos com um companheiro que já

morou com suas irmãs durante dois anos, dividiu aluguel de apartamento com três amigos de infância, morou com um colega de trabalho e atualmente reside com a mãe dele na cidade de Santo Amaro da Purificação (interior da Bahia) enquanto eu continuo morando na residência da minha mãe. Durante todo esse tempo de relacionamento nunca coabitamos o mesmo espaço físico, a não ser nos feriados e finais de semana. Mas todos que nos conhecem já sabem que formamos um par, ou seja, “somos um casal”. Há dois anos efetivamos nosso contrato de união estável. Planejamos comprar um imóvel para que possamos morar juntos, mas o sentimento de parceria e as responsabilidades de casal sempre existiram dentro de nós.

A maioria das pessoas entrevistadas informaram que já moraram juntas ou dividiram apartamento com seus antigos relacionamentos. Apesar da instituição do casamento ser considerada uma “entidade heterossexual” principalmente pelos adeptos da religião Católica Apostólica e Romana, casar também é outra forma de estabelecer uma relação amorosa. Como o casamento civil homossexual já é uma realidade, importava saber quais as concepções do universo pesquisado acerca do assunto. Ao serem questionadas sobre a legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, e, se têm o desejo de casar, as respostas foram estas:

Muitos dizem que é correr atrás de uma **instituição falida**. Pra quem quer casar: beleza! [...] na minha visão pessoal, **eu não quero**. Deixo um documento, uma procuração, um testamento. Qualquer coisa para poder assegurar os meus direitos. **Quanto aos direitos é válido**, quanto à encenação do casamento, acho que é muito bonito de se ver, mas não é para mim (Pedro, p.6, l – 161-174, grifos meus).

Você quer saber se acho certo ou errado? **Eu acho certo**. Porque são duas pessoas que se amam e querem estar juntas. **Eu desejo me casar**, só basta encontrar a pessoa certa (Júnior, p. 4, l - 89-93).

Rapaz isso aí eu não acho perfeito não. Sei lá, pra mim não podia ter isso. Isso aí **não é coisa de Deus, não**. Eu **sou assim, mas não acho isso legal** não, ainda mais na igreja, **mesmo sexo, não acho isso correto** não [...] Eu **não pretendo me casar**, mas quero ter um filho. (Marta, p.4, l – 77-82, grifos meus).

O casamento civil **eu acho importante porque balanceia direitos** que algumas pessoas não tinham. São direitos constitucionais que algumas pessoas não tinham por conta da sua sexualidade. **Mas por outro lado**, a gente **acaba padronizando as relações homoafetivas**. Tem - se como pessoas “civilizadas” aquelas que têm parceiros fixos, que moram juntos e estão casadas. A gente tem que ter o cuidado para não entrar nesse padrão que é estabelecido né? De que **a pessoa bem sucedida é a que está casada**. [...] **Eu nunca desejei casar não, mas se acontecer de encontrar alguém bacana que valha a pena está junto, eu casaria**. Mas hoje não é

prioridade não, não é uma coisa que penso em fazer. Nunca pensei em ter filhos. Não tenho sonho de ser mãe não. (Ana, ps.4 e 5, I – 99 - 120, grifos meus).

Eu não vi nenhum rebuliço com relação ao casamento civil entre as pessoas do mesmo sexo. Se saiu algo na mídia eu não vi e por isso nem posso comentar. **No meu último relacionamento eu tive intenção de casar.** Tanto que tínhamos contas em conjunto. Hoje não sei te dizer [...] **Acho interessante que essa possibilidade exista, mas não me vejo tendo de utilizá-la.** (Leandro, p.7, I - 183 - 193, grifos meus).

Achei ótimo a legalização! **Eu já pensei em algum momento em casar, mas agora não quero mais.** Porque quando a gente entende essa instituição chamada casamento...**Porque a instituição do casamento é heterossexual** e se você quer alguém que foge da norma e quer fazer a mesma coisa dita que não é pra você isso também é bom. Eu não casaria, mas não sou contra quem vai casar. (Dora, p.6, I -160-167, grifos meus).

O importante do casamento é a questão do contrato. De você acabar trazendo direitos ao casal homossexual que antes não tinham [...] na realidade o casamento é um contrato. **Essa questão toda de véu de noiva é uma coisa que foi criada.** Como sendo um contrato que vai beneficiar ambas as partes, eu acho algo interessante. A sociedade em si não está preparada para isso. (Afonso, p. 5, I - 143-150, grifos meus).

Com relação ao desejo de coabitação das relações amorosas as pessoas informantes se dividem entre o “casar” e o “juntar”. Aquelas que manifestaram o desejo de formalizar a união através do casamento civil reconhecem a importância do contrato social que assegura os direitos ao casal. Aquelas que foram contrárias ao casamento ainda mantém um preconceito internalizado com relação a si mesmo e, influenciadas por ensinamentos religiosos desde pequenas não conseguem conceber a legalização do casamento homoafetivo.

Na sua pesquisa Roberto Lorea (2006) pretende demonstrar que o acesso ao instituto do casamento em um Estado Democrático de Direito não pode ser condicionado à orientação sexual dos cidadãos, argumentando que não há qualquer obstáculo legal a que pessoas com orientação sexual voltada para o mesmo sexo tenham acesso ao casamento, como regulamentado no ordenamento jurídico brasileiro. Ele chama atenção para que possamos debater questões vinculadas à sexualidade à luz do ordenamento jurídico vigente e não sob uma perspectiva religiosa. E complementa: “... em um Estado laico a Constituição é o único livro ao qual devem obediência os agentes políticos do Estado: legisladores, governantes e juízes.” (LOREA, 2006, p.490).

O que me parece é que a laicidade do Estado Democrático Brasileiro em vias de fato, não existe! Uma vez que as crenças religiosas, principalmente a ideologia propagada pela Igreja Católica, exerce uma influência muito grande na mentalidade da população brasileira. O mito do amor romântico concebível e validado aos “olhos de Deus” sempre foi representado pelo casal homem-mulher. E isto reverbera na forma como os homossexuais de ambos os sexos percebem suas relações amorosas dentro desse contexto. Ao serem questionados sobre a legalização do casamento entre as pessoas do mesmo sexo, com relação à base religiosa que foram criados, Júnior e Marta (ambos declarados católicos) apesar de manifestarem-se de formas diferentes, compartilham de sentimentos semelhantes:

É aquela velha história que **eles dizem que “Deus não apoia o homossexualismo.” Mas eu acho que Deus ama a todos independente da sua opção sexual**, basta fazer o bem que você tá [nesse momento sua voz some e ele assume uma postura cabisbaixa]. [...] **Eu acho certo** [referindo-se a legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo], **por quee... são duas pessoas que se amam e querem está juntas.** (Júnior, p.3, l-55-57; p.4, l - 90 e 91; grifos meus).

Não frequento muito a igreja, vou de vez em quando. [...] mas **as pessoas não comentam nada não, pelo menos na minha frente não.** [...] Rapaz, isso aí [referindo-se a legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo], **eu não acho perfeito não.** Sei lá, **pra mim não podia ter isso aí não.** [...] **acho que isso não é coisa de Deus. . Eu sou assim, mas não acho isso legal.** (Marta, p.2, l-40 e 41; p.4, l -77-79; grifos meus).

Júnior se emociona ao fazer uma relação entre a crença religiosa seguida por sua mãe e a forma como interpreta Deus. Apesar de concordar com o direito conquistado da legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, ele reproduz de forma inconsciente um discurso preconceituoso ao utilizar o termo ‘homossexualismo’- já ultrapassado - que designa os homossexuais como seres imperfeitos, portadores de uma anomalia não concebida por Deus. De forma mais explícita Marta além de achar errado o consentimento do casamento homossexual assume-se como um ser imperfeito. De modo geral todos lidam com o sentimento de “não aceitação social”, ou seja, a angústia de serem percebidos como “pessoas estranhas, imperfeitas, anormais”, demarcados pela forma como expressam, manifestam ou vivenciam sua sexualidade.

Dessa forma a conjugalidade pode ser interpretada de variadas maneiras. Mirian Grossi (2003) contextualizou-a como uma tensão estabelecida entre a aliança

e consanguinidade nos modelos ocidentais modernos de parentesco. Maria Berenice Dias (2011), primeira Desembargadora do Estado do Rio Grande do Sul criou o termo “relações homoafetivas” para designar a relação de afeto entre pessoas de mesmo sexo na tentativa de combater a discriminação à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Alguns ativistas desse movimento criticou a nomenclatura utilizada por ela, compreendendo-a como uma tentativa de higienizar as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Assim como a autora, em alguns momentos utilizo o termo “relações homoafetivas” para designar a conjugalidade entre gays e lésbicas, pois julgo necessário retirar o peso do preconceito que sempre marcou a natureza sexual dos relacionamentos homossexuais, sem atentar à sua origem afetiva, que em nada diferencia das demais entidades familiares. (DIAS, 2011, p.8). Reconheço também que a relação homoafetiva compreende mais do que o ato sexual em si, é um vínculo amoroso criado pelo desejo de estar com o outro em busca da felicidade. Segundo a declaração do ator Alexandre Nero na campanha “Sou a favor do casamento civil entre as pessoas de mesmo sexo”¹⁹, promovida pelo deputado federal Jean Wyllys:

Eu não tenho problema nenhum em dizer que eu sou homoafetivo, o fato de eu não ter uma orientação homossexual, não significa dizer que eu não sou homoafetivo, pois eu tenho afeto pelos meus amigos, pelos homens que admiro e isso não deve ser limado e excluído da minha vida, pois eu acredito no amor entre as pessoas (2011).

O amor entre as pessoas será o próximo tópico discutido nesse capítulo, visto que esse sentimento foi apontado pelas pessoas entrevistadas como algo fundamental para a formação de um ‘casal’.

4. 2 - AMOR ROMÂNTICO

Luis Mello (2006) demonstrou no seu trabalho a descrença de que o Congresso Nacional estivesse na iminência de reconhecer os efeitos legais de vínculos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, muito menos de assegurar

¹⁹ Trata-se da campanha pelo Casamento Civil Igualitário, iniciada em abril de 2011, que tem como objetivo apoiar a aprovação de propostas legislativas que dê força de lei à resolução do Conselho Nacional de Justiça, que já autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em todo território nacional. As propostas, de autoria do deputado federal Jean Wyllys e da deputada Erika Kokay, teve como apoiadores diversos artistas, que vestiram a camisa da campanha e assinaram um abaixo-assinado apoiando o casamento civil igualitário. Além disso, os artistas participaram de vídeos que a campanha vem produzindo e estes podem ser vistos no canal oficial da mesma no youtube : <http://www.youtube.com/user/Casamentoigualitario>.

direitos de adoção de crianças a casais de gays e lésbicas, como pode ser visto atualmente em alguns países. Ele acertou quando informou que o conservadorismo continuaria no Poder Legislativo e caberia ao Judiciário oferecer amparo legal às demandas de homossexuais no campo dos direitos parentais e conjugais, em face do vazio legal existente no país. E mais, ele assegurou que devido à ausência de modelos alternativos de organização familiar, gays e lésbicas tenderiam a reproduzir a lógica binária do heterocentrismo que os rechaça. Além disso, o autor faz uma reflexão interessante a respeito da sexualidade e da reprodução: de que ambas devem ser pensadas como dimensões da cidadania e da vida democrática, embora seja fundamental tratá-las como dois campos distintos.

A informação de que os homossexuais tenderiam a reproduzir a lógica binária seguida pelos casais heterossexuais fazia parte de um dos questionamentos da pesquisa e, como foi vista não é tão veraz assim como Mello imaginava que seria, visto que no capítulo anterior a/o(s) interlocutor/a/e(s) informaram das múltiplas possibilidades de vivenciarem suas relações afetivo-sexuais. Aliás, fato este que não pode ser relacionado apenas às pessoas homossexuais, uma vez que todos os seres humanos são suscetíveis a mudanças.

Richard Miskolci (2007) ressalta que a discussão sobre o casamento gay é importante para compreendermos o lugar dos grupos LGBT na sociedade, além de evocar um dos temas clássicos da sociologia: a dinâmica da reprodução e da mudança social. O termo “pânicos morais” é bastante utilizado por ele para designar os mecanismos de resistência e controle da transformação societária. Isso porque nossa sociedade construiu historicamente a imagem de gays como uma ameaça ao *status quo*. Segundo ele:

O casamento gay se tornou uma possibilidade que evoca temores com relação à sobrevivência da instituição [família] em seu papel de mantenedor de toda uma ordem social, hierarquia entre os sexos, meio para a transmissão de propriedade e, principalmente, valores tradicionais. (MISKOLCI, 2007, p.104).

Nesse estudo interessa saber quais as concepções dos gays e das lésbicas acerca desse assunto, quais são suas expectativas sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como apresentar os modelos de conjugalidades e arranjos familiares que foram apontados por ela/e(s).

No período da entrevista todos os gays e todas as lésbicas preencheram os formulários com estado civil “solteiro/a(s)”. Mas isso não significava que estivessem

sozinho/a(s) ou que gostassem de estarem sós. Alguns tinham terminado relacionamentos de longas datas recentemente, como é o caso de Marta, Pedro e Leandro, outros estavam no início de relacionamentos ou “conhecendo melhor o/a parceiro/a.” Mas todos informaram que preferem relacionamentos duradouros ao invés de “ficarem” com vários na mesma semana.

Ao serem questionado/a(s) sobre quais características são essenciais para que um relacionamento seja duradouro e o que elas esperam do/a parceiro/a às respostas foram estas:.

“Uma pessoa que seja séria, no sentido de se **comprometer** com o relacionamento, que saiba viver de forma feliz, alegre e que me faça feliz!” (Júnior, p. 2, l - 46 e 47).

“**Companheirismo**, fidelidade não espero muito não [...] basicamente companheirismo mesmo, e acho que cumplicidade. **Cumplicidade!**” (Resposta de Pedro com relação ao que espera do parceiro, p.2, l- 55- 57, grifos meus).

Eu esperava compreensão. Esperava uma **companheira**, uma pessoa que me tratasse bem, mas pelo que vi ela só queria tirar de mim. [...] eu **quando tô (sic) numa relação gosto de durar**. (Marta, ao falar sobre o término de um relacionamento que durou 5 anos, p.2, l - 28 e 29, grifo meu)

Uma relação para dá certo, as pessoas tem que ser amigas. Você precisa **entender a pessoa como uma parte além da cama**. [...] a pessoa tem que ser parceira de uma forma geral: está do lado da pessoa, ser presente, atenciosa. **O maior problema das relações de hoje é a falta de companheirismo**. (Afonso, p.3, l -80- 84; grifos meus).

O que espero é **uma pessoa que consiga dialogar comigo**. Não espero que tenha uma boa condição financeira [...] eu me basto com relação a isso. A responsabilidade de gerir minhas finanças e preparar meu futuro é minha, [...] tendo um bom diálogo a gente vai se entendendo e vai dá para seguir todas as outras coisas: vida amorosa, financeira, divertimento e por aí vai. **Tudo na base do compartilhamento**. (Leandro, ps.2 e 3, l -51-57, grifos meus).

Sobre o que esperam do/a parceiro/a, companheirismo ganhou em primeiro lugar, seguido da confiança, sinceridade, comprometimento e cumplicidade que foram apontadas como qualidades fundamentais em um relacionamento. Um dos modelos de conjugalidade apontado pelas pessoas entrevistadas foi o do ‘amor romântico’. Ou seja, esperam encontrar um amor verdadeiro, daqueles que nem a infidelidade possa separar, pois todos manifestaram o mesmo desejo: de ter um(a) companheiro(a) para a vida inteira, casados no civil ou não.

4. 3 – MUDANÇAS NO CONTEXTO FAMILIAR CONTEMPORÂNEO

A partir da segunda metade do século XIX, a família patriarcal foi se esvaecendo. A família extensa foi substituída pela família nuclear (difundida por PARSONS, 1956) restrita a um número reduzido de pessoas (pai, mãe e filha/o) especialmente nas grandes cidades do País. Isso se deu ao processo de urbanização acelerada, os movimentos de emancipação das mulheres, a industrialização e as revoluções tecnológicas, as profundas modificações econômicas e sociais ocorridas na realidade brasileira. Além disso, difundiram-se novos arranjos familiares, desvinculados da união legal.

O fato é que a percepção ou o conceito da instituição chamada “família” tem se transformado ao longo do tempo. As pessoas entrevistadas são oriundas de arranjos familiares que não mais se assemelham à concepção de família nuclear, visto que alguns são filha/o(s) de pais separados e, apesar de morarem atualmente com seus pais, a grande maioria revelou que na infância e adolescência foram criados por tias, avós e outros parentes. Será que estamos vivenciando uma crise da família nuclear patriarcal calcada no casamento? Será que o casamento é de fato uma “instituição falida”, como relatou Pedro?

Daniela Bogado Bastos de Oliveira (2011) responde a pergunta informando que o que está mudando no contexto familiar contemporâneo é a diversidade (com todo seu pluralismo) e a responsabilidade. Concordo com a mesma ao dizer que “Família é um conceito polissêmico.” (p.3), pois assim como o conceito de gênero é variante de cada cultura. No texto: “A família: origem e evolução”, Claude Lévi-Strauss (1980) aborda a polêmica causada entre duas versões dos antropólogos, a respeito da complexidade da origem e evolução do termo ‘família’. Ele propõe uma perspectiva relativista para os modelos de sociedades existentes (monogâmica/poligâmica) com objetivo de construir um modelo ideal daquilo que pensamos ao utilizarmos o termo família, considerando os casos de tipos extremos e complicados de estrutura social coexistente.

Nesse trabalho Lévi-Strauss aborda duas interpretações a respeito da evolução das sociedades humanas. A primeira é aquela onde os antropólogos consideram uma sociedade simples que foi evoluindo até chegar ao modelo de organização social que chamamos de “família”, e a outra é a versão mais atual de que a vida familiar é um fenômeno universal que sempre existiu, até mesmo nos povos mais simples. Segundo o autor ambas versões pecam por simplismo, pois

não existe lei natural alguma que exija a universalidade da família, “*as informações acerca das leis e costumes sociais da organização social que prevaleceu nas primeiras etapas da humanidade são insuficientes para afirmar qualquer coisa*” (1980, p.15).

A grande contribuição de Lévi-Strauss foi a de ter feito a discussão sobre a família e o parentesco entrar definitivamente no terreno da cultura. Nesse sentido concordo com a interpretação de Cynthia Andersen Sarti (2005) ao informar que:

A família para Lévi-Strauss interessa não pelo que ela diz sobre si mesma, mas sobre a sociedade, sobre aquilo que faz humano, portanto social o ser humano. Ele não se atém à família como grupo social concreto, a seus problemas específicos, mas ao que esta revela do mundo social, dentro da concepção estruturalista da sociedade como um sistema de relações. (p.33)

A proposta estruturalista de Lévi-Strauss para o estudo da família e do parentesco afirma a relevância dos laços de afinidade (matrimônio) para a existência da sociedade, através da Teoria da Aliança. Ele interpreta a família como um sistema de comunicação que tem na troca e na reciprocidade sua estrutura fundante. Portanto, os laços familiares não têm a ver com a consanguinidade e sim com as normas estabelecidas por cada sociedade. No caso específico das pessoas homossexuais, a experiência de sofrimento causada pela homofobia faz com que grupos criem relações associadas a esfera de parentesco, rompendo assim com os laços de consanguinidade.

A legalização do casamento civil entre as pessoas de mesmo sexo é um grande avanço para a formalização das famílias homoparentais²⁰ que, conseqüentemente amplia a configuração dos arranjos familiares no Brasil. Assunto que não pretendo aprofundar no momento. Guardarei-o para o mestrado. Em síntese é importante informar que:

A temática de direitos LGBTTTT interroga a noção de família, sem ser contrária a entidade familiar, por ampliar sua configuração, parâmetros e moldes significativos, desconvenacionalizando-a; propicia a concretização dos direitos humanos, fortalecendo a democracia e a cidadania; viabiliza uma ruptura da ordem de gênero, rompendo com papéis sexuais pré-definidos; desassocia os 3 elementos da filiação (biológico, simbólico e jurídico); faz cair a adequação ilusória entre procriação e parentesco/filiação; e, por isso mesmo, quebra paradigmas (OLIVEIRA, 2011).

²⁰ Família composta por homossexuais com filhos, ou seja, engloba toda situação familiar na qual ao menos um parente se autoidentifica como homossexual (GROSS, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me propus a estudar sobre a sexualidade humana encarei o desafio de entrevistar oito pessoas negras homossexuais, de ambos os sexos, com uma abordagem simples e pioneira de uma estudante de gênero e diversidade. Para a análise das problemáticas em torno desta pesquisa, utilizei os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos feministas e pós-estruturalistas, dos estudos da Teoria Queer e dos Estudos de Gênero e Diversidade, tomando como ponto de partida a polissemia do conceito de gênero e particularmente como referenciais: os conceitos de performatividade de (BUTLER, 2003), papéis de gênero (GROSSI, 2003), conjugalidade (HEILBORN, 2004), homofobia (BORRILLO, 2010), homoafetividade (DIAS, 2011), convenções de gênero (BONNETTI, 2011) e alteridade e subjetividade dos estudos da Antropologia.

Durante a pesquisa enfrentei meus medos e me despi de todo preconceito em mim internalizado. Procurei encarar o “novo” como uma criança quando aprende a ler e escrever pela primeira vez. Não sei se serei capaz de responder a todos os questionamentos propostos, mas aprendi que todas as pessoas, independentes de sexo, raça, idade e orientação sexual, estão submetidas às regras sociais impostas pela cultura. Por isso, muitas vezes, mesmo não estando numa prisão sentem-se aprisionadas pelos modelos de conjugalidade, masculinidade e feminilidade construídos pela cultura e naturalizados pela ideologia dominante. Suponho que Skyler (personagem da peça teatral “O melhor do Homem”) tenha matado Dean por não suportar viver em liberdade estando preso a um amor que o sufocava, pelo fato de não poder vivenciá-lo livremente, ou seja, livre do preconceito social.

Além de trazer à tona as vozes das pessoas discriminadas e invisibilizadas ao longo da história; a relevância do trabalho deve-se também ao fato de confrontar relatos sobre um mesmo fenômeno a partir de percepções distintas de grupos de pessoas que compartilham de mesma experiência de vida, nasceram na mesma cidade, mas em diferentes momentos históricos, e, por serem coetâneas podem expressar opiniões contrárias a respeito do mesmo assunto. Como por exemplo, perceber a exposição pública da homossexualidade ou a legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo como algo positivo, negativo ou irrelevante.

Essa pesquisa traz como contribuição para os estudos da sexualidade, as concepções de conjugalidade e as convenções de gênero e de sexualidade das

peças negras homossexuais soteropolitanas, que se revelaram plurais e semelhantes às das peças heterossexuais. E, portanto, a hierarquia sexual estabelecida pela sociedade, por conta dos “valores morais” é feita de forma arbitrária e injusta, uma vez que pude perceber através dos relatos das peças entrevistadas que entre a heterossexualidade e a homossexualidade há uma linha bastante tênue. E se a subjetividade é plural, pois o ser humano está sempre em processo de mudanças, cabe a nós respeitar e aceitar todas as formas de manifestação da sexualidade.

Penso que seria mais interessante se a sociedade ao invés de criar um sistema de valores que mais segrega peças do que as unem, criasse uma forma de inserir toda/o(s) dentro de um único círculo, no qual viver em harmonia uns com os outros, respeitando as diversidades das relações amorosas e familiar seria o objetivo fundamental. Ao invés disso estamos nos distanciando cada vez mais, criando novos rótulos, novas nomenclaturas, de forma que o par homem-mulher se segmenta em GLS, LGBT, LGBTTI, etc... Dessa forma onde pretendemos chegar? Chegaremos a infinitos quadrados onde cada um esteja fechado dentro do próprio universo?

Quanto à pergunta sobre o porquê que a união homoafetiva causa tanto estranhamento proponho a todos essa reflexão. Se até o conceito de “família” tem sofrido alterações ao longo do tempo, porque não aceitarmos e respeitarmos as relações homoafetivas? Com certeza a felicidade humana está atrelada a uma relação de equilíbrio entre o “eu” e o “outro”, porque nenhuma pessoa consegue viver isolada, embora a humanidade esteja se tornando cada vez mais individualista. Na esperança de que a individualidade e a liberdade humana alcançadas na modernidade, sejam potencializadas em práticas voltadas para o bem comum, convido à toda/o(s) para uma breve reflexão do trecho de Simone de Beauvoir (1980) : “Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja sempre nossa própria substância.”

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 9ª ed., 2003.

AQUINO, Silvia de. Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista / Aquino Silvia de. -- Salvador, 2006. 198 f.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BONETTI, Alinne. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys**, 20 julho/2011.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito** / Daniel Borrillo; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURCIER, Marie-Hélène. Material girls en guerre contre Madonna et 'lequeer': le 'woman-identified' lesbianisme radical en France de 2002 à 1980. In: _____. *Queer Zones 2: Sexpolitiques*. Paris: La Fabrique Éditions, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 240 p. Tradução de Renato Aguiar.

CONNELL, Robert. W. e MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, vol.21, n.1, 2013.

CRESNSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva**: O preconceito & a justiça. 5ªed.rev. atual. e. ampl.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

E. E. EVANS-PRITCHARD. "A inversão sexual entre os Azande". **Bagoas: revista de estudos gays**. Natal, EDUFRRN, v. 6, n. 7, p. 15 - 30, 1978.

FOUCAULT, Michel; **A História da sexualidade**. V.1: A vontade de saber. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do reconhecimento: Uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G.(orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo. FCC, 2002.

FRY, Peter. **Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil**. In: *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p.87-115.

GREGORI, Maria Filomena. **Violência Contra a Mulher: a prática do SOS Mulher (SP), cenas e queixas**. São Paulo: dissertação de mestrado Ciência Política (USP), mimeo, 1988.

GROSS, Martine. *L'Homoparentalité*. Paris: Le Cavalier Bleu, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. **"Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil"**. Cadernos Pagu, Campinas, Unicamp, n. 21, p. 261-280, 2003.

_____. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, p.1-14, 1998 (revisado em 2010).

_____. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, n. esp., p. 473-484, 1994.

_____. Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo". In: Grossi, M.P. (org.) **Trabalho de Campo e Subjetividade 1**. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/UFSC, p.7-18, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário** / [organização e apresentação] Maria Luiza Heilborn – Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

LEITE, Joaquina Lacerda. **A conjugalidade homossexual no Brasil: múltiplas visões** / Joaquina Lacerda Leite. - Rio de Janeiro: GZ Ed., 2011.

LEI MARIA DA PENHA, Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil-03/2004-006/lei/11340.htm. Acessado em: 30 de junho 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. (1980). A família. In: **A família: origem e evolução**. Porto Alegre: Villa Martha, p. 7-45.

LIMA, Tatiane de Lucena. **CURRÍCULO, GÊNERO E FORMAÇÃO: UMA COMPREENSÃO DENSA DOS ATOS DE CURRÍCULO DO CURSO DE BACHARELADO EM GÊNERO E DIVERSIDADE DA UFBA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS**. 2012. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

LOREA, Roberto A. Acesso ao casamento no Brasil: uma questão de cidadania sexual. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto /2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago, 2008.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.

MELLO, Luiz. **Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil**. In: UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz e GROSSI, Miriam. (orgs.) **Dossiê Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 2. p.97-508. Florianópolis: UFSC, 2006.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (orgs.). *This Bridge Called My Back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table/Women of Color Press, 1978.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos Morais e Controle Social: Reflexões sobre o Casamento Gay**. Cadernos Pagu (UNICAMP), v. 28, p. 101-128, 2007.

NUNAN, Adriana. *Influência do Preconceito Internalizado na Conjugalidade Homossexual Masculina*. In: Grossi, Miriam; Uziel, Anna Paula & Mello, Luiz (orgs.). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, p.153-168, 2007.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos de. **Famílias contemporâneas: as voltas que o mundo dá e o reconhecimento jurídico da homoparentalidade**. Curitiba: Juruá, 2011.

PARSONS, Talcott et Al. 1956. *Family: Socialition and Interaction Process*. London: Routledge & Kegan Paul.

PINO, Nádia P. *A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos*. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho, p.149-174, 2007.

POCAHY, NARDI. **Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 45-66, janeiro-abril/2007.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Revista Bagoas, Natal, n.5, p. 17- 44, 2010.

RUBIN, Gayle. **“O tráfico de mulheres. Notas sobre a ‘Economia Política’ do sexo”**. Cadernos Pagu, n. 21, pp. 1 a 64, 2003 (não editado).

RUBIN, Gayle. **“Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade”**. Cadernos Pagu, n. 21, p. 1 - 88, 2003 (não editado).

SAFFIOTI, Heleith. **Para além da violência urbana**, In: *Gênero, Patriarcado, Violência*. SP, Editora Fundação Perseu Abramo, (Coleção Brasil Urgente), p. 69-94, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **“Deixarás pai e mãe”:** **Notas sobre Lévi-Strauss e a família**. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 9, v. 16(1), p. 31-52, 2005.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p.5-22.

SELL, Adada Teresa, **Identidade Homossexual e normas sociais** (Histórias de vida); Editora da UFSC, Florianópolis, 1987.

SCHULMAN, Sarah. **Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento**. Revista Bagoas, n.05, p. 67-78, 2010.

SOUZA, Ivone Coelho de. Homossexualismo, uma instituição reconhecida em duas grandes civilizações. In: Instituto Interdisciplinar de Direito de Família – IDEF. Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas. Curitiba: Juruá, 2001.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Velho, G. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.121-132, 1987.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. **O Gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n.121, p.77-104, jan/abr. 2004.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind: And Other Essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

WYLLYS, Jean. **TEMPO BOM TEMPO RUIM – Identidades políticas e afetos/ Jean Wyllys**. - 1ª Ed. – São Paulo: Paralela, 2014.

Sites visitados:

<http://www.br.mulher.yahoo.com/blogs/amigo-Gay/preconceito-C3%A3o-3%A9-algo-natural-o-amor-%C3%A9-195740476.html>. Acessado em junho de 2014.

<http://www.casamentociviligualitario.com.br/casamento-igualitario>. Acessado em novembro de 2013.

<http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html>. Acessado em outubro de 2013.

<http://www.homofobiamata.wordpress.com>. Acessado em julho de 2014.

<http://www.jornalopcao.com.br>. Acessado em maio 2014.

<http://www.serviços.capes.gov.br>. Acessado em outubro de 2013.

APÊNDICE A – Questionário enviado por e-mail para apresentação da pesquisa aos voluntário/a(s)

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Endereço:

Idade:

Estado civil:

Cor/etnia:

Escolaridade:

Profissão:

Religião/crença:

II. INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa servirá como base para a redação do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia), que é requisito para aprovação e formatura na graduação do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia. O trabalho acadêmico visa compreender as percepções de conjugalidade, masculinidade e feminilidade da/o(s) homossexuais residentes em Salvador. Importante informar que as identidades das pessoas que irão contribuir com a pesquisa serão preservadas com o uso de pseudônimos.

III. QUESTÕES NORTEADORAS PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

1. Concorda ser entrevistado/a?

() SIM () NÃO

2. A entrevista pode ser feita na sua residência?

() SIM () NÃO

3. Concorda com o uso do gravador na mesma?

() SIM () NÃO

4. Já participou de alguma pesquisa antes?

() SIM () NÃO

5. O que te motivou a participar da pesquisa?

6. Poderia me indicar um/a amigo/a para participar da pesquisa? Caso positivo favor deixar nome e contato.

APÊNDICE B – Roteiro para orientação de entrevista em campo

1. HISTÓRIA DE VIDA

- Onde nasceu? Quanto tempo reside em Salvador?
- Com quem mora? Como é sua convivência com seus pais?
- Qual a profissão dos seus pais? Nível de escolaridade deles?
- Tem quantos irmã/o(s)? Como é sua relação com eles? E com seus vizinhos?
- Com quantos anos descobriu sua sexualidade? Poderia dar um exemplo?
- Sua família sabe da sua homossexualidade?
- Já namorou alguém do sexo oposto? Como foi a experiência?
- Onde trabalha? Com quantos anos começou a trabalhar? Por quê?
- Qual sua renda atual? Qual a renda familiar?
- O que você faz para se divertir? Quais lugares mais frequenta?
- Já passou por alguma experiência de homofobia? Onde? Como foi?
- Qual sua religião? E a religião dos seus pais?
- Como sua religião/crença enxerga a homossexualidade?
- O que deseja realizar que ainda não conquistou?

2. QUESTÕES NORTEADORAS SOBRE SEXUALIDADE, CONJUGALIDADE E CONVENÇÕES DE GÊNERO

- Com quantos anos teve sua primeira relação sexual? Como foi?
- Quais características busca na/o sua/eu companheira/o?
- O que achou da atitude de Daniela Mercury ao divulgar seu relacionamento na internet?
- O que achou do rebuliço causado por conta da legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo?
- Deseja casar? Ter filha/o(s)? Por quê?
- O que atribui à durabilidade em um relacionamento?
- O que são “coisas de mulher”? O que são “coisas de homem”?
- O que é a felicidade para você?
- Comente a frase: Ser um homem masculino não fere o meu lado masculino

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar, como voluntária/o em uma pesquisa acadêmica. Após estar ciente das informações que seguem, assine ao final deste documento caso aceite fazer parte do estudo. Este termo estará em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

Informações sobre a Pesquisa: Esta pesquisa servirá como base para a redação do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia), que é requisito para aprovação e formatura na graduação do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia.

Título do Projeto de Monografia: As Concepções de Conjugalidade, Convenções de Gênero e de Sexualidade da/o(s) negra/o(s) homossexuais soteropolitana/o(s)

Pesquisador Responsável: Pesquisador/Orientador: Felipe Bruno Fernandes

Telefones para contato: (71) 3237- 8239 / 3283-6462 / 8482-6446

E-mails para contato: fernandes.felipebruno@gmail.com e fabieloi@yahoo.com.br

Pesquisadora Participante: Fabiana Eloi de Amorim

Nesta pesquisa propomos investigar o modo como às pessoas homossexuais soteropolitanas se percebem inseridos na sociedade baiana, bem como suas opiniões acerca da legalização do casamento civil entre as pessoas de mesmo sexo, noções de feminilidade e masculinidades. Nosso objetivo é compreender as concepções de conjugalidade, convenções de gênero e de sexualidade da/o(s) negra/o(s) homossexuais que residem em bairros populares da cidade de Salvador. Para tanto, utilizaremos a metodologia qualitativa de pesquisa, por meio da qual faremos entrevistas como o uso da técnica do gravador com a finalidade de obter dados que constituirão o corpo de análise. As informações colhidas através de transcrições das entrevistas serão utilizadas com propósito acadêmico e para fins de

consulta e argumentação nessa pesquisa. Asseguramos o completo anonimato da/o(s) participantes com o intuito de proteção das suas identidades. Ao participar deste estudo você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua colaboração, ficando as informações cedidas de sua inteira responsabilidade.

Fabiana Eloi de Amorim (pesquisadora)

Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeita/o de pesquisa

Ao concordar com esse termo, estou ciente de que fui informada/o de forma clara e detalhada dos objetivos e da justificativa do presente trabalho acadêmico. Tenho conhecimento que receberei respostas a qualquer dúvida sobre os procedimentos relacionados com a pesquisa.

Entendo que não serei identificado e que meus dados de identificação se manterão sob acesso restrito da pesquisadora e seu orientador, sendo informações por mim prestadas de caráter confidencial. Concordo em participar deste estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente desta pesquisa, a utilização das informações obtidas.

Eu, _____, RG _____

Concordo com a minha participação neste estudo, como sujeita/o. Fui devidamente informada/o e esclarecida/o pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo.

Salvador, ____/____/_____

Nome do Participante: _____

Assinatura: _____

ANEXO A – Documento que habilita o casamento civil entre pessoas de mesmo sexo.

RESOLUÇÃO Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato Normativo nº 0002626-65.2013.2.00.0000, na 169ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de maio de 2013;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos prolatados em julgamento da ADPF 132/RJ e da ADI 4277/DF, reconheceu a inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO que as referidas decisões foram proferidas com eficácia vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do RESP 1.183.378/RS, decidiu inexistir óbices legais à celebração de casamento entre pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Nacional de Justiça, prevista no art. 103-B, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Joaquim Barbosa

Presidente

ANEXO B - Infográficos extraídos do texto de Gayle Rubin (ps.16 e 17).

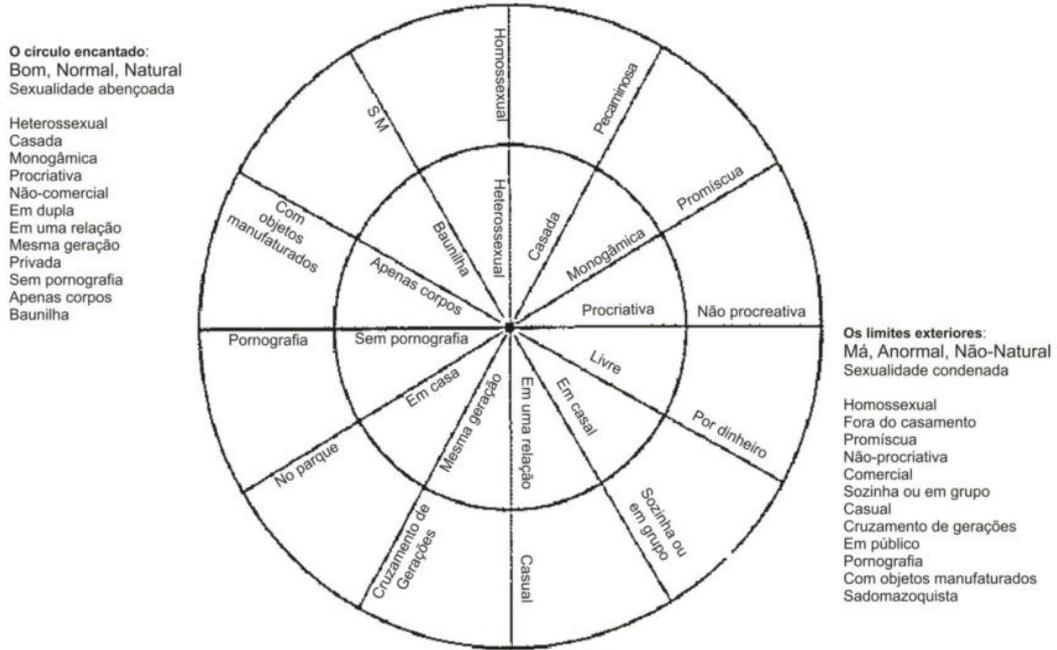


Figura 1 A hierarquia do sexo: o círculo encantado vs. os limites exteriores.

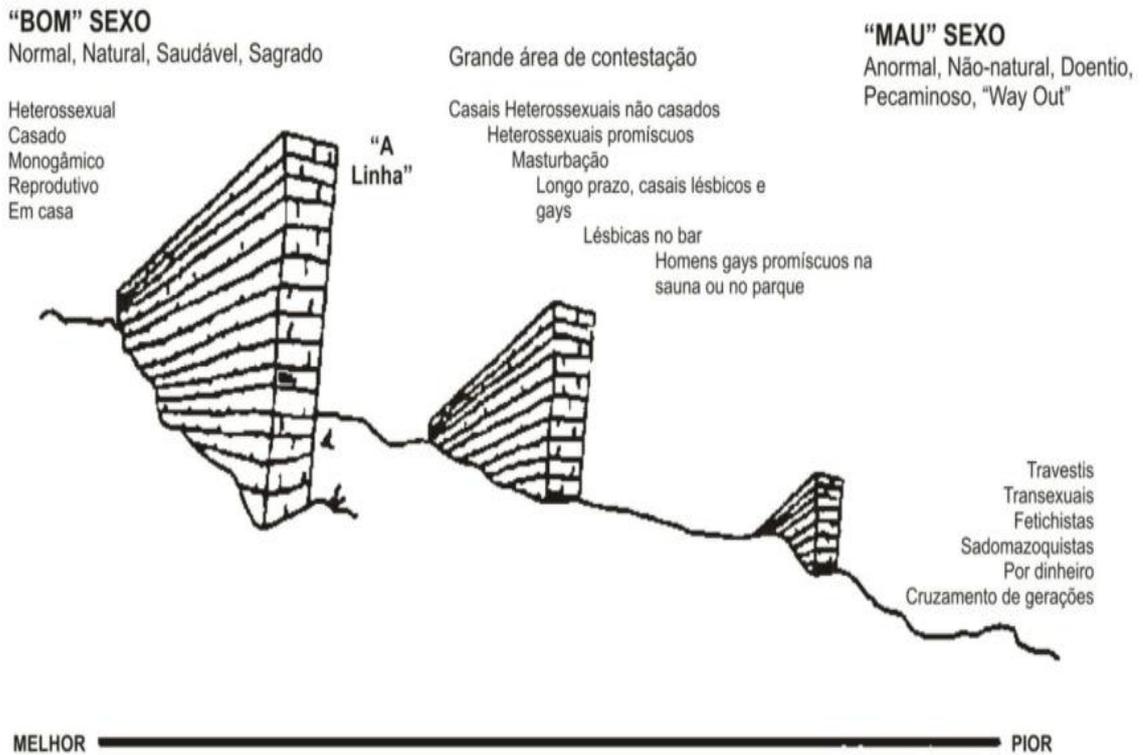


Figura 2 A hierarquia sexual: a luta por onde desenhar a linha